



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL  
CABECEIRAS DO ARICANDUVA

**Dia 08 de setembro de 2025, segunda-feira, das 19h00 às 22h00**  
**Reunião on-line**

**Conselheiro(a)s Presentes:**

<b>Sociedade Civil</b>	
Jéssica da Silva Nunes	Titular
Roseli Alves dos Santos	Titular
<b>Entidade/ Coletivo- Representante</b>	
Sociedade Ambientalista Leste "SAL" - Norma Megumi Hirata	Titular
Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste "FDLZ" - José Ulisses Bezerra de França	Titular
<b>Poder Público</b>	
Secretaria do verde e Meio Ambiente – CGPABI/DGUC - Tiago de Andrade	Suplente
SVMA- Trabalhadores – Tatiele Viviane dos Santos	Titular
Subprefeitura Cidade Tiradentes - Rosa Aparecida Apolinário	Titular
Subprefeitura São Matheus – Vicente Domingos Moreira	Suplente
<b>Demais participantes</b>	
<b>Ângelo Iervolino</b> – Sociedade Civil, Sociedade Ambientalista Leste "SAL", Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste "FDLZ"	

<b>Anita Correia de Souza</b> – Diretora SVMA/ CGPABI/ DGUC
<b>Bruna Regina de Jesus</b> – SVMA/ CGPABI/ DGUC
<b>Caique Alves de Souza</b> - Sociedade Civil, CADES Cidade Tiradentes
<b>Cassia Cezar</b> - Sociedade Civil
<b>Daniel Teixeira de Lima</b> – Assessoria Técnica SVMA
<b>Eleni Rocha</b> - Coletivo Jurubatuba Mirim
<b>Elisabeth Grimberg</b> – Instituto Pólis
<b>Francisca Ribeiro</b> – Sociedade Civil, Cidade Tiradentes
<b>Hildeni Antonio Gomes Junior</b> - Frente Contra a Ampliação do Aterro Sanitário São Mateus
<b>Julia Silva Costa</b> – Sociedade Civil, FCZL
<b>Maíra Soares Galvanese</b> – SVMA/ CGPABI/ DGUC
<b>Mateus Muradas</b> – Sociedade Civil
<b>Patrícia Marra Sepe</b> – mandato Vereador Nabil Bonduki
<b>Raul</b> - Assessor Deputado Estadual Guilherme Cortez
<b>Suzi Cavalari</b> - Sociedade Civil
<b>Tamires Carla de Oliveira</b> - Chefe de Gabinete SVMA
<b>Vanilda Anunciação</b> - Sociedade Civil
<b>Vilma da Mota</b> – Mandato Vereador Toninho Vespoli e Conselheira Saúde

**Conselheiro(a)s Faltantes:**

<b>Sociedade Civil</b>		
<b>Nome do frequentador(A)</b>	<b>Titular/ Suplente</b>	<b>Justificativa</b>
Sebastiana Soares Leite	Suplente	-
	<b>Titular/ Suplente</b>	<b>Justificativa</b>
SVMA/DGUC - Danuta Maria de Mattos Vassão	Titular	<b>(Motivo pessoal)</b>
Subprefeitura Cidade Tiradentes - Rafael Pereira Barbosa	Suplente	-
Subprefeitura São Mateus – Manoel Antonio Lopes	Titular	<b>(Exonerado)</b>
SVMA – Trabalhadores do PNM Cabeceiras do Aricanduva – Leandro Costa Santos	Suplente	<b>(Desligado do parque)</b>

**CRENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES**

A lista de presença e o registro fotográfico foram realizados a contento, conforme orientado pela Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020.

**1.PAUTA DO DIA**

I. Votação da Manifestação do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva sobre Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL Fase 6.

A reunião foi iniciada pelo suplente da presidência, Tiago de Andrade, que presidiu a presente reunião, com a apresentação da pauta do dia e dos representantes do Poder Público presentes. Após as apresentações, a participante Máira iniciou a leitura de documento de manifestação proposto pelo poder público. Tal documento apresenta a descrição do histórico das cartas encaminhadas pela EcoUrbis, as considerações das informações prestadas e dos impactos gerados pelo empreendimento e as deliberações do conselho junto às considerações finais do documento.

Finalizada a leitura, o presidente Tiago indicou que seria aberta a votação para os conselheiros. As participantes Vilma e Patrícia discordaram de tal sequência e registraram que seria importante abrir um momento de discussão antes da votação e da fala dos conselheiros. O suplente Tiago explicou que o momento de fala e de discussão dos conselheiros já havia sido contemplado nas reuniões anteriores. A participante Beth também questionou o motivo de sua contribuição ao documento, a qual foi encaminhada no mesmo dia por e-mail, não ter sido acrescentada ao documento. Simultaneamente, mais participantes estavam manifestando o pedido de fala e a participante Máira organizou a sequência em que os participantes poderiam se manifestar.

A palavra foi passada para a participante Norma. Foi sugerida a troca de um parágrafo onde está redigido “caso o empreendimento venha a ocorrer(...)”, que deveria ser substituído para que fique claro que os esclarecimentos cobrados devem ser ao órgão licenciador.

Em seguida, o participante Ulisses indicou que a Subprefeitura não se mobilizou para minimizar os impactos e realizar políticas públicas que resolvam

os desafios do tratamento de resíduos sólidos, a exemplo da falta de coleta seletiva no seu bairro em São Matheus que é ao lado do aterro, reiterou também a problemática de chamar de Ecoparque um projeto de instalação de incinerador. Ao final dessa fala foi contabilizada a manifestação do conselheiro Ulisses como contrário ao projeto de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste.

Na sequência a conselheira Roseli explicitou que a minuta encaminhada não possui o mesmo conteúdo daquela que foi lida na última reunião convocada. Solicitou um esclarecimento do porquê da mudança do documento e o suplente Tiago explicou que a minuta foi redigida de acordo com todas as contribuições construídas nas últimas reuniões e que foi uma síntese das discussões já feitas. As participantes Beth e Patrícia também demonstraram estranhamento com as mudanças do documento e com o parecer final do conselho como favorável ao empreendimento. O suplente Tiago explicou que nesse momento de votação é que ficaria explícita qual a manifestação final do conselho e reiterou a importância de ser realizada a votação para que possamos saber qual o parecer final deste conselho.

A participante Patrícia expressou indignação com a condução da discussão da reunião e pediu um esclarecimento da representante Tamires. Tamires explicou que a minuta foi trabalhada em cima das contribuições do Conselho e do Poder Público, com todos os pontos importantes e cabíveis na edição do documento, e que seguiram o critério de razoabilidade em sua redação. Também explicou que, caso haja discordância com a execução do projeto de Ampliação, que os conselheiros manifestem sua opinião através da votação. Patrícia voltou a questionar a mudança da minuta e o motivo de terem sido retiradas as contribuições feitas anteriormente; questionou o porquê de não ter sido deixado o texto, nas considerações, sobre as metas do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que não foram alcançadas, e que a integridade das informações colocadas pelo conselho

não foi respeitada. Diante dessa fala, a participante Beth falou que o dissenso precisa aparecer no documento e solicitou que seja reescrita a parte das considerações finais onde se dá o parecer do conselho, deixando explícito qual foi dissenso entre os conselheiros.

Com a palavra, o Assessor Técnico da SVMA, Daniel, complementou que, da mesma forma que houve contribuição por parte da sociedade civil, também estão expostas no documento as contribuições do Poder Público. Desse modo, que seja exposto em votação se há concordância ou não com a manifestação escrita no documento apresentado. Reiterou que o poder público também tem seu direito de manifestação. A participante Beth questionou o porquê de já estar escrito no documento de manifestação a posição de "favorável" se ainda não foi feita a votação. Daniel explicou que na minuta anterior também estava explícita a posição como favorável e que, caso a votação exponha contrariedade, será reescrito o documento, mas que é necessário a realização da votação para que seja esboçado esse resultado.

Em resposta, a participante Beth voltou a questionar a redação da minuta que colocou como consideração final o posicionamento do Conselho Gestor como "favorável" se ainda não houve votação e o representante Daniel explicou que a redação foi a mesma onde se expressava que era favorável ou contrário e insistiu em realizar a votação para que seja registrado o resultado. A representante Tamires complementou que com a votação poderá ser explicitado o voto individual de cada conselheiro, assim como, esse documento poderá também subsidiar futuras decisões do município no que diz respeito ao restante do processo de licenciamento do empreendimento.

As participantes Patrícia e Beth expressaram discordância com a fala dos representantes e, devido à movimentação desordenada das falas, o suplente Tiago interveio solicitando o prosseguimento na votação dos

conselheiros. Porém, o conselheiro Ulisses e a participante Vilma reiteraram que era necessário um momento de discussão e sensibilização antes que fosse feita a votação, já que, dada a votação, não seria possível argumentar com os conselheiros sobre os contrapontos do assunto. A participante Vilma argumentou que não estava correto dar prosseguimento na votação sem dar a chance dos moradores se expressarem antes da votação. A participante Patrícia também complementou argumentando que discordava da condução da votação e colocou uma questão de ordem: que seja expresso como será redigido em documento a decisão final do conselho.

Após as justificativas do suplente Tiago, de que seria necessário dar andamento na votação para que seja reescrito o resultado final na minuta, foi dada a sequência na votação. A conselheira Roseli se posicionou contrária ao empreendimento e solicitou que o documento fosse redigido com os votos nominais e solicitou também que a minuta seja encaminhada de acordo com os resultados alcançados na reunião, sem alterações. Na sequência, a participante Norma expressou que essa decisão do Conselho reflete nas decisões da cidade de São Paulo e que também está nas mãos de movimentos sociais e do Ministério Público, dessa forma há de se considerar que a decisão do Conselho deve ser mais precavida. Expressou que acredita no desejo do Poder Público em tentar melhorar esse projeto. Porém, da forma como estão sendo conduzidos o projeto e a manifestação, está dando muita margem para que os impactos não sejam precavidos. Por fim, posicionou-se contrária ao projeto de Ampliação do Aterro, já que espera que seja feito um projeto melhor para lidar com os resíduos sólidos do município.

Na sequência, a conselheira Jéssica apresentou-se e pediu desculpa pela ausência nas últimas reuniões, já que por motivos pessoais não estava sendo possível comparecer. Explicou que pelo que estudou sobre o projeto, declara-se contra o empreendimento. A conselheira Rosa manifestou-se como a favor do empreendimento e não apresentou justificativa ao seu voto.



Na sequência, a participante Beth pediu que os próximos conselheiros que representam o poder público se apresentassem e dissessem qual órgão representam. A conselheira Rosa retomou a fala e indicou que representa a Subprefeitura Cidade Tiradentes.

O conselheiro Vicente, representante da Subprefeitura de São Mateus, deu seu parecer como favorável ao empreendimento, já que as propostas de mitigação estão apresentadas. Na sequência, a conselheira Tatiele deu seu voto a favor do empreendimento, expôs que participa sempre das reuniões do Conselho e que em sua opinião como o empreendimento já está ali “do lado” e que precisa de um lugar para ser destinado o montante de lixo produzido, ela aprova o projeto. Para finalizar a votação, o suplente Tiago apresentou seu voto como a favor do empreendimento.

Como resposta, o conselheiro Ulisses questionou o voto do presidente, já que acredita que o voto do presidente do Conselho ocorre apenas quando há empate. Diante do questionamento, foi solicitado que fosse apresentado o Regimento do Conselho Gestor, então o Regimento foi compartilhado em tela com todos os participantes. Conforme o Regimento, o presidente tem como atribuição votar, exercendo o voto de qualidade, como conselheiro, e desempate, caso haja empate. Dada a insatisfação dos participantes com essa atribuição que resulta em dois votos, o suplente Tiago explicou que o Regimento foi aprovado em Conselho e que não é uma imposição do Poder Público. O participante Ulisses insistiu em manifestar indignação com a atribuição de dois votos, e que estaria errado esse cálculo com os votos. O presidente Tiago explicou que, caso fosse contrário, não haveria paridade no processo de votação do Conselho Gestor. Todavia, o conselheiro Ulisses questionou o motivo de ter apenas 8 votos, já que são 9 conselheiros votantes e o presidente Tiago contabilizou todos os conselheiros participantes e demonstrou que são apenas 8 votantes. Também o conselheiro Vicente indicou que a Secretaria do Verde estaria ocupando dois papéis na votação,

porém o presidente explicou que a votação não teve o papel duplicado da Secretaria e solicitou que fosse exposto na tela quais foram os votos nominais.

Pelo resultado de 4 votos a favor (Rosa, Vicente, Tatiele e Tiago) e 4 votos contrários (Ulisses, Roseli, Norma e Jéssica) ao empreendimento, o voto de desempate foi dado pelo presidente Tiago como a favor do empreendimento.

Dado o desempate, a participante Vilma expressou indignação com o resultado e com o Poder Público pela forma como foi conduzida a votação e pela manifestação por parte do Poder Público como a favor, e concluiu que de qualquer forma essa votação seria favorável à execução do projeto. O presidente Tiago solicitou que fosse redigido no texto final os votos nominais para que conste na minuta o posicionamento de cada conselheiro. A conselheira Roseli acrescentou que gostaria que ficasse claro que a sociedade civil participante do Conselho se manifestou contra o empreendimento. A participante Patrícia reiterou que sua fala fosse registrada em ata sobre a alteração da redação da minuta encaminhada antes da reunião. E colocou que as medidas compensatórias dificilmente serão atendidas, e que devem continuar a questionar o andamento desse projeto. Além disso, não era necessário realizar uma “artimanha” para que fosse alterado esse texto/decisão do Conselho.

O participante Mateus abriu sua fala lamentando os ocorridos nesta reunião e fez a leitura da Lei 15.910/23 Art. 7º § 3º “As deliberações do Conselho Gestor, quando for o caso, exigirão a presença de quórum e serão tomadas por maioria simples, exceto as que exigirem maioria absoluta nos termos desta lei”. E indicou que o regimento está contra a lei que institui o próprio regimento e lamentou a atuação dos funcionários que provavelmente estão sendo pressionados para esse resultado, e parabenizou os conselheiros presentes.

O participante Ângelo expressou que nunca viu uma discussão ocorrer após a votação e que inclusive não entendeu o motivo da ausência da presidente Danuta da reunião, e expôs que foi “uma palhaçada”. Na sequência, a participante Vanilda, moradora da região, explicou que não houve cumprimento das metas e compromissos pelas ampliações anteriores. Além disso, poucas foram as compensações realizadas em território, fora o desconhecimento do significado do Ecoparque. Falou que as informações são controversas, a exemplo do número de árvores que serão suprimidas e, por faltar informações exatas, indicou que o Poder Público deveria apresentar informações certas sobre esse processo. Assim como, expôs que a sociedade civil está sem chance de ganhar essa discussão, e que é um retrocesso com o modo de lidar com os resíduos sólidos.

O participante Caique, morador da Cidade Tiradentes e conselheiro do CADES, manifestou indignação com a falta de transparência e diálogo no processo de ampliação do aterro na zona leste. Ele criticou a ausência de convites à população dos bairros vizinhos e municípios próximos, destacou impactos negativos na qualidade do ar e no futuro da região e acusou a Secretaria do Verde de “passar a boiada” e agir contra o interesse público.

Na sequência, a participante Beth reforçou que a proposta de incineradores e do chamado EcoParque é antiga e já foi contestada em governos anteriores. Criticou contratos bilionários aprovados sem participação social e defendeu que se retomem metas previstas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como a coleta seletiva em três frações e contratos emergenciais de aterros, cobrando que suas contribuições e de outras entidades sejam incluídas no documento final.

A participante Eleni lamentou a condução confusa da reunião, a falta de tempo adequado para análise de documentos e a baixa divulgação. Expressou preocupação com impactos nas águas, no lençol freático e no clima, rejeitou a ampliação do aterro e sugeriu que a Secretaria do Verde

deveria se chamar “Secretaria do Cinza e da Crise Climática”. A conselheira Norma falou que, sem mudanças estruturais na gestão de resíduos, a cada poucos anos será necessário desmatar novas áreas. Criticou o peso de um único voto na decisão do conselho e falou da desconsideração com a coleta seletiva e as cooperativas, assim como que o atual modelo é insustentável e gera desperdício. Uma última fala foi feita pela representante Tamires, que reforçou que a manifestação do conselho é apenas uma etapa e que o processo seguirá para licenciamento ambiental na CETESB, com futuras audiências públicas. O presidente Tiago concluiu a reunião, informando que a minuta final será revisada e enviada por e-mail a todos.


Segue em anexo a Manifestação do Conselho Gestor do PNM Cabeceiras do Aricanduva sobre a Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL Aterro Fase 6.

Seguem abaixo registros fotográficos (prints) da reunião:



The screenshot shows a Zoom meeting interface. At the top, there are several video thumbnails of participants: Norma Arata, Beth - Instituto Pólis, Ulices Queiroz, and Tiago de Andrade. A vertical list of participant avatars is on the right side. The bottom of the screen shows the meeting title "5ª Reunião Extraordinária do PNMCA", the date "8 de setembro de 2025", and a list of actions: "Sem prazo de validade", "10 exibições", "SharePoint App", "Documentos", and "Recordings". There is also a prompt to "Adicionar uma descrição para explicar sobre o que é este vídeo".


































































O Stream tem uma nova aparência! Microsoft Stream foi mesclado com Microsoft Clipchamp para criar uma experiência de vídeo unificada. [Saiba mais](#)



**5ª Reunião Extraordinária do PNMCA**

8 de setembro de 2025 • Sem prazo de validade • 10 exibições • SharePoint App • ... > Documentos > Recordings

Adicionar uma descrição para explicar sobre o que é este vídeo

**B** *I* U                                                                   

**Tamires Carla de Oliveira** 1:45

Obrigada, Tiago. Bom, gente, boa noite. Enfim, a gente sabe que o assunto é bastante delicado, mas eu fiz questão de vir hoje, né, nessa reunião, principalmente porque a gente né, desde o passado, tem coordenado, também né, tem ficado, responsável, ficou responsável pela coordenação da política, né, de resíduos. Então eu, pessoalmente, eu toco, né, o Comitê de Gestão integrada de resíduos sólidos, então esse é um assunto que eu venho acompanhando muito de perto, esse, não só esse, mas todos, né, relacionados ao tema dos resíduos, justamente porque a gente está com essa, com esse desafio aí junto com as demais secretarias envolvidas, né, então a Secretaria do Trabalho, a São Paulo Regula, Seclima, Selimp, agora né, mais recentemente, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, que absorveu a Coordenadoria de Segurança Hídrica, né. Então, caso vocês tenham alguma questão, também estou aqui totalmente aberta para esclarecer, colocando a gente também à disposição, porque é um assunto que vai ser muito longo, né, O que a gente está fazendo aqui é a manifestação do Conselho, mas a gente vai ter uma trajetória e bastante intensa para se relacionar, né, enfim, então eu estou aqui me colocando totalmente à disposição, não só pela Secretaria do Verde, mas o próprio Comitê, tá, de resíduos. E é isso, gente, ótima reunião para todo mundo.

**Tiago de Andrade** 3:32

Obrigado, Tami. É... vou colocar agora o parecer aqui na tela pra gente e vou pedir para Máira fazer a leitura para todos nós aqui na... Consegue colocar pra mim, Bruna, na tela?

**Bruna Regina de Jesus** 3:50

Consigo, só um minutinho.

**Tiago de Andrade** 3:52

Obrigado, Bruna.

**Bruna Regina de Jesus** 4:26

Você conseguem ver? Está dando pra ver?

**Tiago de Andrade** 4:33

Como que está para vocês aí, pessoal, dá pra fazer a leitura?

**Tamires Carla de Oliveira** 4:33

Sim.

**Maira Soares Galvanese** 4:34

É acho que dá pra... dá.

**Roseli CGPNMCA** 4:39

Pra mim tá ok.

**Tiago de Andrade** 4:41

Perfeito, a Maíra vai ler em voz alta para a gente e aí, posterior a isso, a gente volta a abrir aqui o microfone para todos.

**Maira Soares Galvanese** 4:50

Está bom. Obrigada, Ti. Obrigada, Bruna. É, bom, eu vou fazer leitura com calma, tá, devagar, para todo mundo acompanhar.

“Manifestação Conselho Gestor Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva Trata o presente de manifestação do Conselho Gestor do PNM Cabeceiras do Aricanduva sobre a Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL Aterro Fase 6, administrada pela empresa EcoUrbis Ambiental S.A, conforme Processo CETESB 067398/2024-63.

Referência: Processo Administrativo SEI nº 6027.2024/0025880-6 - solicitação de manifestação do órgão ambiental municipal, nos termos do artigo 36, §3º da Lei Federal nº 9.985/2000 (Lei do “SNUC”) e Resolução CONAMA nº 428/2010; Cartas 10665/24-PR ECOURBIS e 10705/24-PR ECOURBIS.

#### I - HISTÓRICO

O Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva (PNMCA) foi instado a se manifestar sobre empreendimento(s) relacionado(s) a tratamento de resíduos sólidos através da Carta 10665/24-PR ECOURBIS, datada de 01-10-2024, e da Carta 10705/24-PR ECOURBIS, datada de 05-11-2024, onde constavam, em ambas, se tratar de “Licenciamento Ambiental do Ecoparque” e, sendo requerido no final de cada qual:

"[...] que este Conselho Gestor emita a manifestação necessária à instrução do licenciamento ambiental, concluindo não haver objeção e favoravelmente à implantação do Ecoparque, [...]" (10.665/24-PR);

e

"[...] que este Conselho Gestor emita a manifestação necessária à instrução do licenciamento ambiental, concluindo não haver objeção à implantação das ampliações da CTL, Fase 06 e Ecoparque, [...]" (Carta 10.705/24-PR)."

**Tiago de Andrade** 7:37

Tá dando microfonia, Má

**Maira Soares Galvanese** 7:40

É.

**Tiago de Andrade** 7:41

Opa, parou.

**Maira Soares Galvanese** 7:43

Tá.

"As Cartas acima citadas não apresentavam número de EIA/RIMA referente ao(s) empreendimento(s) relacionados, sendo então providenciado por este Conselho a busca no site da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), encontrando-se o Arquivo Proc. 300/24, contendo o EIA do empreendimento denominado "AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LESTE – CTL ATERRO FASE 6", acompanhado do RIMA intitulado "AMPLIAÇÃO DO ATERRO DE RESÍDUOS (FASE 6) CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LESTE – CTL", objeto do Processo CETESB 067398/2024-63 iniciado em 09-10-2024, versando sobre solicitação de Licença Prévia, conforme página 1.

Ao consultar e iniciar a análise do EIA/RIMA, o Conselho se deparou com a informação de que o "Ecoparque" será objeto de outro processo de licenciamento, à parte, o que gerou dúvidas, por conta das Cartas que haviam sido encaminhadas pela Ecourbis a este Conselho.



Visando melhor compreensão da complexidade do caso, se faz necessário destacar que, ainda em 2024, a Prefeitura do Município de São Paulo encaminhou Projeto de Lei nº 799 para a Câmara Municipal visando a alteração do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014), no que se refere à Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais, o que gerou intensos debates e manifestações durante as Audiências Públicas. Porém, mesmo após diversas objeções manifestadas, houve a aprovação da Lei Municipal nº 18.209/2024.

Cabe ressaltar que, ao longo do licenciamento ambiental que culminou com a emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI) nº 03/CLA-SVMA/2024 – expedida pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) em 30-07-2024, mencionada no item anterior –, não houve encaminhamento prévio para ciência deste Conselho.

E que tal área de movimentação de terra se tratava, anteriormente, de área em processo de desapropriação para compor o PNMCA e que, posteriormente, não foi incluída no perímetro do parque, conforme consta nos processos SEI nº 8310.2020/0002171-3 e SEI nº 6022.2019/0005277-2.

Essa área desafetada do parque, para a qual houve a alteração do zoneamento municipal mencionada, compõe atualmente ZONA DE AMORTECIMENTO do PNMCA imediatamente limítrofe a esta Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Sendo assim, ante à complexidade das questões envolvidas e à falta de clareza e dúvidas quanto ao empreendimento ao qual se estaria de fato em processo de licenciamento ambiental, este Conselho encaminhou Solicitação de Esclarecimentos à empresa Ecourbis Ambiental S. A. no dia 22-08-2025, expondo, ao final, que a solicitação para manifestação do Conselho fosse encaminhada em conformidade às disposições da Resolução CONAMA nº 428/2010.

Na sequência, chegou a informação, por e-mail datado de 27-08-2025, de que a CETESB teria definido “o prazo de 05/09 para encaminhamento da manifestação final do conselho gestor sobre o empreendimento da Ecourbis” e que haveria de se agilizar a manifestação do Conselho, marcando-se uma reunião para apresentação do empreendimento ao colegiado.

Por conta da informação acima, houve a iniciativa deste Conselho em provocar questionamento junto à CETESB, chegando-se à elaboração de uma minuta de texto

aprovada pela maioria dos conselheiros e encaminhada à CETESB em 01/09/2025. Porém, antes de seu remetimento, Ecourbis esclareceu verbalmente à gestão do Conselho que se tratava de prazo estabelecido no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo. Em seguida, foi agendada reunião extraordinária para apresentação, pelo empreendedor, a ocorrer no domingo dia 31-08, e apresentação online para o dia 03-09 aos que não pudessem participar no domingo; e no sábado, dia 30-08, foi recebido documento da Ecourbis em resposta à Solicitação de Esclarecimentos enviada em 22-08.

Somente com o documento encaminhado pelo empreendedor em resposta à Solicitação de Esclarecimentos encaminhada pelo Conselho foi possível ter certeza sobre qual empreendimento deveria ser providenciada manifestação, ou seja, a Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL Aterro Fase 6. Porém, nem todos os esclarecimentos foram satisfatórios, mesmo com as apresentações realizadas, prejudicadas também pelo tempo exíguo para análise e manifestação.

## 2 – CONSIDERAÇÕES

Considerando todo o exposto no histórico acima;

Considerando os esclarecimentos apresentados pelo empreendedor através do documento encaminhado a este Conselho em 30-08-2025 e das apresentações em 31-08 e 03-09-2025;

Considerando os dados apresentados a respeito da saturação do aterro – o qual teve operação inicial em 1992, com a atual fase 5 prevista para findar sua vida útil em 2026, em decorrência de políticas que não resultaram na diminuição da geração de resíduos de forma efetiva e de planejamento estratégico que abarcasse o caráter metropolitano da geração, destinação e tratamento dos resíduos sólidos em São Paulo, face à recorrente alegação de esgotamento iminente cada vez que uma fase chega próximo à saturação, indicando falta de planejamento estratégico ao longo das últimas décadas, voltado a possibilitar a opção por outras alternativas que se mostrassem viáveis;

Considerando a supressão prevista de mais de 62.000 indivíduos arbóreos – somadas as supressões previstas na ampliação da fase 6 e área da jazida de solo – em região do município com menor índice de cobertura arbórea por habitante;

Considerando os impactos ao PNMCA e sua Zona de Amortecimento, em nosso ver não corretamente dimensionados nos estudos e esclarecimentos providenciados pelo empreendedor, bem como outras questões;

Considerando os relatos dos conselheiros e demais munícipes participantes das reuniões deste Conselho, em relação aos incômodos causados pelo aterro em operação, tais como mau-odor, ruído, explosões;

Considerando todos os impactos sobre a população e a biodiversidade locais.

E considerando o tempo exíguo para manifestação.

#### DELIBERAÇÃO

Considerando todos os impactos sobre a população e a biodiversidade locais, recomendamos que, se o empreendimento em questão venha a ocorrer, sejam tomadas as seguintes medidas:

- 1) Realizar Audiência Pública sobre o empreendimento no bairro de São Mateus (CEU Limoeiro ou outro local que comporte a audiência no território de São Mateus), onde os moradores, associações e organizações locais possam ser informados sobre o que é o Projeto de Ampliação do Aterro Fase 6 e sanar dúvidas, considerando que as audiências públicas realizadas na Câmara em novembro e dezembro de 2024 referiam-se especificamente ao projeto de lei 799/2024, sendo necessária audiência pública oficial na região por conta dos empreendimentos da Ecourbis.
- 2) Que o PNMCA, como o empreendimento é limítrofe a esta UC, seja priorizado com 100% da compensação por impactos referente ao artigo 36 da Lei 9.985/2000.
- 3) A correção do GI (Grau de Impacto) indicado no EIA/RIMA, para a base de cálculo do valor da compensação ambiental, apresentado como 0,34%. Em conformidade à Lei Federal nº 9985/2000, o valor deverá ser reajustado, com base em 0,5% sobre o valor total previsto para a implantação do empreendimento.
- 4) Que seja apresentado qual o valor total de compensação para implantação, dado o novo número de supressão de árvores, bem como o valor atualizado de investimento do empreendimento.
- 5) Considerando que haverá perda de recursos naturais e de sua respectiva prestação de serviços ecossistêmicos sobre a região e que as áreas protegidas já existentes hoje já se encontram em processo de restauração, solicitamos que o cumprimento do termo de compensação firmado com o órgão contemple a viabilização da

desapropriação de áreas para criação/ampliação de Unidades de Conservação e Parques Municipais previstos para a Região Leste, praças, áreas verdes, corredores ecológicos, preferencialmente na Bacia do Rio Aricanduva, na região de São Mateus, para minimizar ocorrência de erosão de encostas e morros, evitar o assoreamento dos rios, prevenção de enchentes, além da importância da manutenção da qualidade do ar e do microclima da região.

Recomenda-se que seja consultado o Plano Diretor Estratégico, Anexo II - Quadro 7 e o Anexo III - Mapa 5 (a revisão- lei 17975/23 manteve a numeração dos quadros e dos mapas: Mapa 5, quadro 7), nos quais consta, respectivamente, a relação e o mapa dos Parques Municipais existentes e propostos, podendo ser consultada a Coordenação de Planejamento Ambiental – CPA da SVMA para maiores esclarecimentos.

6) A adequada mensuração dos impactos do empreendimento sobre o PNMCA depende da elaboração do Plano de Manejo da UC. Dessa forma, sugerimos que a LP/LI do empreendimento exija que o empreendedor custeie totalmente a elaboração do Plano de Manejo.

7) O material lenhoso proveniente da supressão arbórea deve ser destinado à Marcenaria administrada pela SVMA, dentro das suas possibilidades de recepção e processamento do material, para a produção de mobiliário e estruturas para os Parques e Unidades de Conservação do município.

8) A presença do empreendimento em área limítrofe ao PNMCA aumenta o risco de incêndios na área, seja pela supressão da barreira vegetal em sua Zona de Amortecimento, seja pela presença de trabalhadores e, portanto, maior circulação de pessoas que podem causar incêndios acidentais. Portanto, sugerimos que o empreendedor custeie os equipamentos de uma base de combate a incêndios a ser implantada pela SVMA no PNMCA, no âmbito do Programa Operação Fogo Zero, conforme TR elaborado pela SVMA.

Diante dos relatos de incômodos por ruídos, sugerimos que toda a frota de veículos seja substituída por modelos mais silenciosos, tais como veículos elétricos e/ou movidos a gás.

9) Sugerimos que o empreendedor apresente documento e realize visitas com o Conselho do PNMCA e a população do entorno do aterro, explicando detalhadamente as medidas que compõem o Programa de Gerenciamento de Risco.

10) Caso sejam identificados impactos sobre a saúde decorrentes de implantação e funcionamento do referido empreendimento, apontados no Programa de Gerenciamento de Risco, recomendamos a avaliação da pertinência pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS quanto a implantação de Unidade de Saúde na região a ser operada por esta Secretaria.

11) Subsidiar a contratação de quatro monitores ambientais permanentes: dois a serem alocados no PNMCA e outros dois no MONA Morro do Cruzeiro – Pico do Votussununga, para atuação em programa conjunto (Ecourbis e SVMA) de educação ambiental permanente, com foco na educação para a minimização da geração de resíduos e sua relação com a conservação da biodiversidade.

12) Considerando a circulação da fauna nos fragmentos florestais lindeiros ao aterro sanitário e a possibilidade do aparecimento de animais acidentados e adoentados, sugerimos que o empreendedor subsidie o projeto e construção de Posto de Triagem Avançada de fauna silvestre em local específico a ser definido pela Divisão de Fauna Silvestre da SVMA.

13) Considerando a grande possibilidade da ocorrência de incidentes com animais acidentados e/ou adoentados durante o processo de afugentamento de fauna nas áreas de supressão arbórea e instalação, sugerimos que o empreendedor aporte recursos financeiros ao CEMACAS localizado no RVS Anhanguera e ao CETRAS SP, localizado no Parque Ecológico do Tietê. Para maiores detalhes sobre este item, pode ser consultada a Divisão de Fauna Silvestre da SVMA, em momento oportuno, de acordo com os estudos executados para o EIA/RIMA.

14) Considerando a supressão de fragmentos florestais, sugerimos que seja apresentado detalhadamente Plano de Resgate e Realocação de Flora (especialmente epífitas), que cite como será feito e onde serão realocados os exemplares resgatados, de acordo com os estudos executados para o EIA/RIMA.

15) Considerando a divergência de dados apresentados pelo empreendedor quanto a supressão de fragmentos florestais solicitamos que conste da manifestação do órgão licenciador a análise sobre qual a área total efetivamente (em hectares) indicada para a supressão.

16) Ressaltamos que a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025 (pág. 2-17), item 2.24, está incompleta. O empreendedor indica que o Plano

de Emergência e Contingência, exigido pelo órgão ambiental licenciador, está sendo elaborado pela Transpetro, diante da proximidade do aterro com os dutos. No entanto, exigimos apresentação de Plano de Gerenciamento de Riscos relacionado a toda operação do aterro, incluindo não só a adoção de procedimentos em emergências sobre os dutos, mas também em situações de deslizamentos, inundações, vazamentos. O Plano de Gerenciamento de Riscos deve incluir todas as medidas e procedimentos relacionados à operação do aterro, visando medidas de prevenção, mitigação, redução de riscos ao meio ambiente, funcionários e prestadores de serviços do empreendimento e à população do entorno.

17) Consideramos que a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025, pág. 2-19, item 2.28, "...tais APPs deixarão de existir...". permanece incorreta, uma vez que o Acórdão do STF de 24/10/24, julgou pelo funcionamento dos aterros sanitários já instalados, em fase de instalação ou ampliação localizados em áreas de preservação permanente (APPs). A decisão do STF não versou pela não existência das APPs. Dessa forma, solicitamos ao órgão ambiental licenciador a análise da ampliação do empreendimento sobre as APPs existentes.

18) Considerando a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025, pág. 2-20, item 2.31, referente a solicitação de esclarecimentos do conselho gestor sobre a comercialização da vegetação nativa, apresentada no EIA/RIMA, ressaltamos que o empreendedor deverá formalizar junto ao órgão ambiental licenciador, a revisão do procedimento, conforme consta no RT. Solicitamos que o empreendedor apresente à CETESB documento comprobatório de que não haverá comercialização do material lenhoso, conforme apresentado na RT, item 2.31.

19) Considerando que este conselho acompanhará todas as etapas relacionadas ao processo de licenciamento ambiental, indicamos que o empreendedor deverá apresentar mensalmente ao Conselho Gestor todas as informações relacionadas ao andamento do processo, bem como das etapas da implantação.

20) Considerando a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025, pág. 2-21, item 2.32, "...Tais valores estão sendo revistos no EIA e RIMA junto à Cetesb...", este Conselho Gestor se resguarda ao direito em fazer novas recomendações caso as informações atualizadas demandem alterações sobre os

impactos do empreendimento. Solicitamos ainda a apresentação da complementação do EIA RIMA, conforme informado pelo empreendedor na RT.

21) Apresentação do cronograma de implantação dos dois reservatórios de retenção de águas previstos pelo empreendedor de forma a minimizar o impacto do aumento da vazão do córrego Limoeiro.

22) Considerando a necessidade de proteger os remanescentes vegetais existentes no entorno do CTL e a informação de que a Ecourbis r adquiriu área próxima ao CTL , que esta área tenha registrada em sua matrícula a exigência de Reserva Legal Urbana, com proibição de corte da vegetação existente e posteriormente transferida para a Prefeitura de São Paulo, constituindo área pública de preservação.

23) Apresentação de projeto e cronograma de implantação do parque público previsto na área do CTL.

24) Que a área acima citada seja transferida para a PMSP, constituindo área pública de preservação.

25) Adotar providências que garantam, sempre que possível, a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e da qualidade do ar no PNMCA, assim como ações que promovam a qualidade de vida da população afetada, mediante acordo entre poder público, concessionária e sociedade civil.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta manifestação diz respeito estritamente ao Processo CETESB.067398/2024-63, EIA/RIMA 300/24 apresentado pelo empreendedor, cujo objeto é a ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL - Fase 06. Os membros do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva, reunidos para tal fim, DELIBERAM em âmbito consultivo, por maioria dos seus membros, por manifestação FAVORÁVEL à Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL - ATERRO Fase 06, com o compromisso de que todas as demandas do Conselho sejam atendidas no âmbito do licenciamento da CETESB e que as contrapartidas sejam fixadas nas regiões localizadas nas áreas de domínio e gestão das Subprefeituras de São Mateus e Cidade Tiradentes, com exceção do item que diz respeito ao aporte de recursos financeiros ao CEMACAS, localizado no RVS Anhanguera e ao CETRAS localizado no Parque Ecológico do Tietê.

CONSELHO GESTOR DO PNM CABECEIRAS DO ARICANDUVA”

Terminada a leitura, eu retomo pro Tiago dar prosseguimento.

**Tiago de Andrade** 33:26

Obrigado. Obrigado, Ma. Pessoal, agora, seguindo o rito, a gente pode já abrir pra votação dessa manifestação que a Maíra nos leu aqui. É... Eu não estou conseguindo acompanhar o chat. Acho que a Maira e a Bruna podem me auxiliar aqui.

**Bruna Regina de Jesus** 33:56

A Beth foi a primeira que levantou a mão.

**Maira Soares Galvanese** 33:57

Eu estou vendo aqui, Ti.

**Bruna Regina de Jesus** 34:01

Então, a Beth pediu a palavra.

**Maira Soares Galvanese** 34:01

É.

**Vilma** 34:03

Eu estou me inscrevendo, não pode?

**Maira Soares Galvanese** 34:05

É, pode, só que, ô Vilma, só um minutinho, a gente vai fazer assim, ó, a gente vai abrir primeiro... Todas as falas vão ser contempladas, mas a gente vai primeiro, é... abrir, né, abrindo, como o Tiago falou, abrindo a votação, dando prioridade para as falas, em primeiro momento, dos conselheiros. Finalizada a fala dos conselheiros, a gente abre para as pessoas presentes que não são do conselho.

**Vilma** 34:34

Mas a fala é o que? Já dando o parecer?

**Tiago de Andrade** 34:35

Perfeito.

**Patrícia Marra Sepe** 34:43

Mas não dá para abrir o processo de votação antes de abrir o processo de discussão. Abra a discussão, não o processo de votação.

**Vilma** 34:46

Tem que ter. Então, lógico. Tem que ter. Concordo.

**Tiago de Andrade** 34:58

Não, perfeito, pessoal, é que assim, a parte de manifestação, ela já foi contemplada nas nossas últimas reuniões. É... hoje nós não nos reunimos pra gente mexer novamente nessa manifestação. Seria uma aprovação ou uma não aprovação.

**Beth - Instituto Pólis** 35:11

Então, mas vocês mandaram por e-mail, desculpa, vocês mandaram por e-mail pra gente revisar, os não conselheiros. Ah, eu tinha feito, apareceu na primeira versão um considerando meu do Instituto Pólis, da Beth, e ele desapareceu agora nesse documento que foi lido, então eu, eu, eu mandei às 5 e 26 da tarde, porque chegou ontem à noite e eu só pude ver isso nesse horário. Conforme foi pedido, eu mandei... Refiz, né, melhorei a redação, mandei e também não tá ali. Então eu quero entender se aquilo tava valendo ou não. Eu vou mandar aqui o que eu mandei pra o e-mail da Donata (Danuta) e de todos que ela copiou. Obrigada.

**Maira Soares Galvanese** 35:56

Aqui a gente tá vendo as mãos levantadas, vamos abrir pro Ulisses e pra Roseli. Bruna, por favor, segue na ordem aí do conselho pra eles falarem e abre na sequência.

**Bruna Regina de Jesus** 36:21

Na ordem do conselho a gente tem a norma que está com a mão levantada para se manifestar agora, seguindo a ordem de quem for do conselho.

**Maira Soares Galvanese** 36:32

Em seguida, Roseli e o Ulisses tá bom? Vou fechar o microfone.

**Tiago de Andrade** 36:37

A gente só tem, a gente só tem que respeitar um tempo de fala, tá pessoal? Eu acredito que um minuto e meio aqui.

**Bruna Regina de Jesus** 36:44

Então a gente vai dar a palavra pra Norma agora e eu vou registrar um tempo aqui, tá bom? Aí eu vou avisando pra vocês se passar de 2 minutos.

**Maira Soares Galvanese** 36:57

Pode começar, Norma.

**Norma Arata** 36:57

O texto ficou amplo, mas são muitas questões sobre o tratamento dos resíduos sólidos, que muita coisa ainda tem que ser feita nessa área está a desejar, então ele ficou mais amplo, mas ele tem que ser do tamanho que a cidade de São Paulo, que o problema da cidade de São Paulo apresenta. Então, tem todos esses considerandos, né, até o considerando da Bete, do Instituto Pólis, fala de porcentagens que precisam ser tratadas. Seria interessante colocar, porque na periferia não tem a coleta seletiva, não tem as cooperativas, o apoio, então, seria interessante colocar mesmo sobre educação ambiental, que não tem a educação ambiental, né? No... a parceria entre a Ecourbis e as escolas, enfim, mas o que eu quero colocar é a sugestão do Fernando (Deli). É, é só esse parágrafo aqui, é uma questão de colocação. Ele sugeriu que onde está escrito, depois da deliberação, tá escrito assim, ó: "O empreendimento em questão, se o empreendimento venha a ocorrer, então que se faça audiência pública, mitigação, compensação" , então tem essa lista aí das compensações. Só que não é "O empreendimento venha a ocorrer", é o texto dele que eu acho que é o mais correto, porque quem é que fiscaliza esse empreendimento? É o fiscalizador, a gente tá falando para o fiscalizador, né, que vai dar licença. Então o texto, ele fala "Caso o órgão licenciador avalie por proceder a concessão da licença ambiental prévia, então, que seja feito as audiências, a

minimização, todas as a as compensações. Então, é só esse trecho aí que eu acho que deveria é mudar, né? Que ficaria mais adequado para quem... Depois a gente vai cobrar, a gente vai cobrar do licenciador, a gente vai cobrar e ele tem o poder de cobrar da Ecourbis. Né? Eu acho que também ficaria melhor essa informação porque fala também no dado 19 que empreendimento tem que apresentar anualmente os dados para a população. E quem é que vai cobrar? É o licenciador. É, vou ficando por aqui por enquanto.

**Tiago de Andrade** 40:21

Obrigado, Norma, e quem que é o próximo, gente?

**Bruna Regina de Jesus** 40:26

Ulisses.

**Tiago de Andrade** 40:28

Ulisses, por favor.

**Ulisses Queixada** 40:32

Boa noite, camaradas. É... Fico... surpreso, porque, só resumindo os últimos anos, fui 6 anos Conselheiro do Cades São Mateus; nos últimos 2 anos, último período de conselheiro, eu fui coordenador do conselho. Estava tudo pronto, até terreno tem com estrutura específica para a mega central leste. E a prefeitura, do Nada, sumiu com o projeto. Sumiu com o projeto. Para vocês terem ideia, ia ser atrás da atual subprefeitura, que tem fiação trifásica, viário adequado para maquinário pesado e o projeto não aconteceu. E aí, assim, foi o que eu disse na nossa última reunião, eu vivi essa história na última ampliação. A prefeitura não se mobilizou nesse último mandato, que são 3 governos: Covas 1, um Covas 2, Nunes e Nunes; não se mobilizaram para minimizar, para demandar políticas públicas no tocante ao tratamento de resíduos sólidos domiciliar. E agora joga de novo nas costas de São Mateus mais uma ampliação: é a sexta. Aí, daqui a 10 anos, a sétima, com a mesma história: "Não, corre, corre, corre, que o aterro não vai mais receber lixo". Oras. Reitero, camaradas, essa obrigação, essa pressa não são nossa, é do poder público que não se mobilizou, infelizmente. Eu moro... daqui da minha varanda eu vejo o aterro. Eu moro aqui nessa

casa há 33 anos, e eu nunca vi um carro de coleta seletiva passar, Tamires e camaradas, nunca vi. E eu moro aqui do lado do aterro, aqui não passa coleta seletiva. Então assim, dadas todas essas questões, eu já adianto, peço a todos os conselheiros da sociedade civil: Norma, aí tem a Roseli, a Jéssica. Vamos votar contra a ampliação pra daqui em diante a prefeitura abrir um diálogo coerente com a população, porque também não é mais aceitável que São Mateus seja a lixeira de São Paulo. E aqui, a prefeitura só olha para cá quando é lixo, quando é lixo, quando é lixo e quando é lixo. Até quando nós vamos aceitar isso? Temos poluição aqui do polo petroquímico, do aterro, do incinerador. Querem socar na nossa porta mais um incinerador que chamaram de Ecoparque para enganar o nosso povo. Para enganar, Tamires! Aquele povo acha, Tamires, que aquilo, que aquela desgraça, vai ser um parque. Tamires, é um incinerador! Por que nós não chamamos as coisas pelo nome correto? Porque, para enganar o nosso povo, aquele povo que vive 30 anos com aterro, está agora feliz que vai ganhar um parque. Não é um parque, camaradas, é um incinerador. Vamos chamar as coisas pelos nomes. Sequer o nome correto é dado. Ah, agora é "URE Unidade de Recuperação de Energia". Vamos chamar pelo nome certo, vamos parar de enganar o nosso povo. Até quando nós vamos discutir política pública de enganação do nosso povo? Conclamo todos e todas as conselheiras que estão aqui que votem contra este parecer. Contra esta ampliação. Não dá mais para gente discutir São Mateus só quando é lixo, lixo, lixo e lixo. Cadê as políticas públicas para São Mateus? Cadê as políticas públicas? Eu estava na última Conferência de Meio Ambiente e eu fui na atual, eu fui delegado municipal e estadual. A prefeitura não respeitou o conselho, o estado fez uma conferência estadual nojenta. Nem alimento básico deram para os conselheiros. Então, assim, até quando nós vamos relegar o meio ambiente a nomes fictícios, nomes fantasia para enganar o nosso povo e discutir a toque de caixa? Conclamo todas as minhas camaradas conselheiras a votarem contra este parecer, contra essa ampliação. Nós precisamos, Tamires, abrir um debate sério sobre o resíduo. Por exemplo: cadê a mega central que seria em São Mateus, que estava pronto? 6 anos eu discutindo no CADES São Mateus, 6 anos, 3 mandatos seguidos! E na última hora, quando ia fazer, sumiu. O projeto, simplesmente, ninguém sabe onde está, e agora vem essa história de que ou a gente vota agora ou não vai ter o que fazer com lixo. É fácil. Como a companheira Beth falou, e a companheira Patrícia, na última

reunião: a prefeitura tem recursos para demandar esse resíduo para outro aterro e pagar os custos até nós resolvermos. Foi isso que a companheira Beth e a companheira Patrícia colocaram na última reunião e eu reitero agora. Muito obrigado.

**Tiago de Andrade** 45:49

Ô Ulisses... Já pode contabilizar seu voto aqui, como contrário?

**Ulisses Queixada** 45:57

Positivo, por favor.

**Tiago de Andrade** 45:59

Beleza. Bruna, você consegue ir contabilizando isso pra gente? Obrigado.

**Bruna Regina de Jesus** 46:01

Agora é a Roseli. Roseli, pode falar.

**Tiago de Andrade** 46:09

Roseli, eu vou pedir pra você fazer a sua fala e, ao término, você já se posiciona, pode ser?

**Roseli CGPNMCA** 46:10

Pode. Bom... Primeiro: não foi essa minuta que me foi enviada. Essa que foi lida não foi a que foi enviada. Em momento nenhum eu me manifestei favorável ou não na reunião anterior a essa. Então, eu acho muito estranho essa minuta que acabou de ser lida, porque ela não condiz com o que eu falei na reunião anterior que eu nem me manifestei, né? Muito menos favoravelmente. Em momento algum eu me manifestei favoravelmente. E essa minuta que foi lida, não foi a que foi encaminhada para mim. Eu gostaria que os outros conselheiros verificassem aí pelo e-mail e vejam, né, que no final da minuta, em momento algum tá escrito lá que a gente vai deliberar favoravelmente. Quem inventou isso? Eu quero saber como que essa minuta mudou completamente. O que que aconteceu, foi algum engano? Por favor, me esclareça.

**Tiago de Andrade** 47:38

É essa minuta, ô Roseli, essa minuta, ela foi a compilação de todas as ideias, né? É... algumas coisas do poder público foram retiradas outras coisas da sociedade civil foi retirada e esse é um esforço de alguns dias, né, ou quase meses aí da gente compilar essas ideias e tentar propor algo que esteja aliando o poder público e a sociedade civil, né?

**Roseli CGPNMCA** 47:55

Não, não foi.

**Beth - Instituto Pólis** 48:11

Mas tirar sem critérios? Então, pra que que nos enviaram por e-mail e pra que que teve a última reunião? Acho muito... Assim... Não é uma questão ética essa.

**Roseli CGPNMCA** 48:26

É, me esclareça, porque essa minuta não foi a que foi enviada pra nós pelo e-mail, né? E eu nunca me manifestei favorável. Então, assim, uma minuta que já vem com decisão.

**Tiago de Andrade** 48:43

Na verdade, na verdade, ninguém tá colocando que é uma que é uma fala sua ou uma fala de algum dos conselheiros. Na verdade, a gente tá colocando isso como uma fala do conselho e tá abrindo pra votação na verdade, né? Então ninguém tá colocando, é...

**Beth - Instituto Pólis** 48:59

Não, mas então não pode. Desculpa, Tiago, não pode colocar que é favorável, se ainda não foi votado. Como assim, gente?

**Tiago de Andrade** 49:07

Não, perfeito. A gente vai abrir para votação e aí pode ser...

**Beth - Instituto Pólis**

Não, perfeito, não. É que já tem de antemão, então você já sabe o que vai ser?

**Tiago de Andrade**

Beth, Beth, não, Beth, rapidinho. É que a gente vai abrir para votação. Se você abre para votação e ela é reprovada.

**Patrícia Marra Sepe** 49:15

Tiago, vocês alteraram a minuta, está registrado. Teve a reunião, teve a reunião...

**Roseli CGPNMCA** 49:27

Sim, sim.

**Patrícia Marra Sepe** 49:32

...ia ser votado uma minuta contrária, e aí foi pedido tempo pra hoje. Hoje, ao meio-dia, chegou uma minuta que estava escrito contrário. Você está colocando que foi recepcionado as colaborações. Eu mandei, Beth mandou. E mais ninguém mandou pedindo alteração da minuta de contrário para favorável. Quem mudou foi o executivo, a Secretaria do Verde. Então, é, eu não sou conselheira, não sou conselheira, mas acho que, enquanto mandato do Nabil, nós somos parte interessada, a gente está acompanhando com bastante critério. E isso, me desculpe, eu acho que é um desrespeito aos conselheiros. Em nenhum momento ninguém falou que era favorável. Pelo contrário, né? Então... e a forma como vocês estão conduzindo: abre e já vai votar, não dá. A questão toda é: vocês alteraram a minuta encaminhada ao meio-dia. Vocês alteraram a minuta. Eu acho muito complicado, muito complicado isso. Vocês querem prosseguir nesse desrespeito à sociedade civil e aos Conselheiros, aos mandatos que estão aqui acompanhando, ao Pólis e aos demais da sociedade civil. Eu queria uma resposta da Tamires, que agora, pelo que eu estou vendo, é a autoridade maior da Secretaria.

**Tamires Carla de Oliveira** 51:07

Pati, obrigada. Estava vendo em que momento que eu ia falar. É... Bom, todas... eu li todas as contribuições também e essa minuta que eles leram aqui agora foi um compilado do que foi encaminhado por todo mundo e foi revisado do que também a gente entende, enquanto poder público, que é razoável. A questão de ser favorável ou não: eu acho, em termos práticos, a gente, as pessoas, elas vão precisar votar aqui se

elas concordam ou não com o que tá escrito com a minuta. Se puder abrir de novo, Maíra, lá no final da manifestação.

**Bruna Regina de Jesus** 51:58

No final do documento.

**Beth - Instituto Pólis** 51:58

Tamires, só pra esclarecer, o pedido de esclarecimento pra você não é concordar com a minuta. O que tá dito é que concorda com o empreendimento.

**Maira Soares Galvanese** 51:58

O, Bruna, Bruna, você pode compartilhar, por favor?

**Bruna Regina de Jesus** 52:03

Sim.

**Tamires Carla de Oliveira** 52:11

Você abre para mim, Maíra?

**Maira Soares Galvanese** 52:15

A Bruna tá compartilhando. Bruna, tá indo?

**Tiago de Andrade** 52:17

Espera aí que a gente vai colocar na tela, Tami.

**Tamires Carla de Oliveira** 52:17

Mas enfim, se concorda... Enfim, a concordância com o empreendimento... Você vai abrir ou não vai?

**Tiago de Andrade** 52:29

Bru?

**Maira Soares Galvanese** 52:30

Bruna.

**Tamires Carla de Oliveira** 52:33

Quem que está abrindo?

**Maira Soares Galvanese** 52:34

Aí, foi. A Bruna.

**Tiago de Andrade** 52:34

Aí, tá na tela.

**Tamires Carla de Oliveira** 52:36

Enfim, eu acho que o que a gente tem que é... focar aqui é com o teor inteiro da minuta. É... algumas coisas, elas foram retiradas porque não cabe para o tema aqui. Então, por exemplo, o que a Pati falou do PGIRS aqui, a sua forma também como está colocado, que o PGIRS, ele está sendo revisado...

**Beth - Instituto Pólis** 53:02

Eu refiz, eu refiz e acrescentei a questão do aterro, eu refiz e acrescentei a questão de que tá se precisando de aterro, ampliar o aterro, porque não se cumpriu o PGIRS. Isso aí é pertinente a essa discussão. Desculpa.

**Tamires Carla de Oliveira** 53:16

Sim, e aí cabe, obviamente a gente fazer, né? Ter o olhar do poder público, que enfim, também, a gente também faz a nossa... a nossa revisão, e colocou essa proposta. Bom, acho que o que é mais sensível aqui, que a gente precisa, é... entender... desce mais um pouquinho, Bruna. Se essas considerações finais, vocês são contra, são contrários a isso, que não é favorável a ampliação, então, que votem contra. E a gente, né, enfim, e a gente abre a votação a isso. Essa é a questão. As coisas foram retiradas, muitas dessas coisas, elas não eram pertinentes ao tema.

**Patrícia Marra Sepe** 54:01

Tamires, eu queria saber, por que que mudou? A minuta. Por que que me mudou? A minuta é crucial, é... tudo bem... eu mandei sugestões, a questão que a Beth colocou, que as metas do PGIRS não foram alcançadas, ela está escrita aí de outra forma, mas eu concordo que teria que estar explícito. O PGIRS é o documento oficial ainda válido, não foi, não foi atendido as metas. Não, não está fora de contexto. Agora... fora isso, a gente colocou a questão dos catadores tudo, mas tudo bem, mas fora isso, o que se questiona é a consideração final. Lembrando, Tamires, que o conselho é consultivo, vocês, se vocês não concordam, vocês são o órgão gestor, vocês dão um parecer favorável, só que fica registrado a posição da sociedade civil, que desde o princípio construindo esse documento, há várias reuniões, participaram no domingo, participaram na segunda, participaram na quinta... É... coloca que é contrário. Qual que é o problema, né?

**Beth - Instituto Pólis** 55:12

Coloca o dissenso, né? Patrícia, coloca o dissenso. Se é consultivo, tem que ter direito a se a ter registrado que o governo é a favor de vocês, se entende por que, e que a sociedade, vamos ver os votos. Mas assim que tantos votos são, então explicitam o dissenso, o dissenso.

**Tamires Carla de Oliveira** 55:33

Exatamente. E é exatamente isso. E é exatamente esse o ponto que nós estamos. As pessoas vão votar contrário e a gente registra o contrário.

**Beth - Instituto Pólis** 55:40

Nós estamos, mas então reescrevam agora, tirar "favorável à ampliação". É um desrespeito, uma falta de ética, dizer, vir com esse documento dizendo que é favorável à ampliação.

**Daniel Teixeira de Lima** 55:47

Pela ordem.

**Tamires Carla de Oliveira** 55:47

E a gente reescreve.

**Daniel Teixeira de Lima** 55:51

Pela ordem.

**Tamires Carla de Oliveira** 55:53

...assim, não é falta de ética, não é falta de ética. Quem tá falando? Oi, Dani?

**Daniel Teixeira de Lima** 55:55

Pela ordem, Tamires. Daniel aqui, sou chefe da Assessoria Técnica da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Só quero complementar, Beth, Patrícia e a todos os demais, que da mesma forma que foram feitas as contribuições da sociedade civil, o poder público também fez as suas. E aqui está sendo apresentado no conselho, se não concordarem, votem contrário. Se concordarem, votem favorável. Simples assim! É assim que funciona, até porque os conselheiros são os que têm o poder de voto. Já teve a discussão, já teve todo o debate e ainda vai ter o EIA/RIMA. E no processo do EIA/RIMA você tem audiência pública que é no local, é uma das exigências que nós estamos fazendo até aqui no documento, que seja feita no local a reunião da audiência pública. Até porque, da mesma forma que os conselheiros, e aqui acho que 70% a 80% de todas as contribuições da sociedade civil estão acolhidas. Também o poder público tem o direito de manifestação. Nós estamos apresentando aqui e é simples. Quem for favorável, o voto será favorável; quem for contrário, o voto será contrário: é simples.

**Ângelo** 57:02

Não, não, não, não, não, não!

**Daniel Teixeira de Lima** 57:16

Mas assim, o conselho serve para isso.

**Beth - Instituto Pólis** 57:18

Mas por quê? Me explicita uma coisa, por que vocês colocaram que já está deliberado favorável, se ainda não votou. Vocês votaram?

**Patrícia Marra Sepe** 57:19

Vocês mudaram a minuta!

**Daniel Teixeira de Lima** 57:30

Na outra minuta estava favorável e contrário da mesma forma. E você não tinha ainda nem a outra minuta, estava da mesma forma. Nós simplesmente organizamos o texto. Se mudar as considerações finais é só fazer a mudança aqui na hora da votação.

**Beth - Instituto Pólis** 57:37

Onde está o contrário?

**Daniel Teixeira de Lima** 57:49

Na outra minuta estava da mesma forma. Na hora da votação, se for contrário, vai ser contrário. Simples assim.

**Beth - Instituto Pólis** 57:53

Não, nós estamos propondo que explicita o dissenso, tem direito de se registrar quantos foram contrários.

**Tamires Carla de Oliveira** 57:55

Exato, e a gente registra.

**Daniel Teixeira de Lima** 57:58

Então, o dissenso, com todo o respeito, Beth, o dissenso será quando tiver votação. Não teve a votação ainda, como é que você vai ter o dissenso?

**Beth - Instituto Pólis** 58:09

E não teve votação e vocês colocaram que a maioria era favorável! Como é que você sabe que a maioria vai ser favorável, só porque estava no texto anterior? Estava errado no texto anterior!

**Tamires Carla de Oliveira** 58:15

Não, na minuta anterior estava favorável e desfavorável.

**Daniel Teixeira de Lima** 58:18

E na minuta anterior estava como não favorável.

**Beth - Instituto Pólis** 58:21

Então, estava errado. Está errado e vocês vão manter o erro.

**Daniel Teixeira de Lima** 58:28

Não, nós simplesmente colocamos dessa forma. É só votar favorável ou contrário, simples assim! E altera-se.

**Beth - Instituto Pólis** 58:31

Não, não é, não é, não é! É questão de princípio de ética sim. Vocês não podem colocar no documento aquilo que não foi votado e que a maioria é favorável.

**Daniel Teixeira de Lima** 58:38

É ética, Beth. É questão de ética. É, eu acho que você não pode questionar a ética de ninguém. Isso não é uma questão de ética, Beth. Eu acho que não é questão de ética. Nós estamos apresentando e não teve a votação ainda. Se não for favorável, obviamente, a consideração final....

**Beth - Instituto Pólis** 58:46

É questão de ética, não teve votação e vocês estão descrevendo que já é favorável. Então, mas como é que vocês apresentam um documento, gente, é óbvio, vocês apresentam um documento sem votação e dizem que a maioria é favorável.

**Tamires Carla de Oliveira** 58:59

Beth?

**Daniel Teixeira de Lima** 59:02

Beth, no documento anterior estava não favorável e nem por isso nós questionamos.

**Tamires Carla de Oliveira** 59:04

Beth, isso que eu ia dizer.

**Beth - Instituto Pólis** 59:09

Não! Olha, eu vou procurar a mídia, eu vou procurar a mídia para mostrar isso e eu quero essa gravação aqui porque é um absurdo. É uma "tratoração" do governo sobre a sociedade que tem que ser denunciado, gente, não é possível isso!

**Daniel Teixeira de Lima** 59:18

Ok!

**Tamires Carla de Oliveira** 59:28

Beth, a minuta que chegou pra nós estava que o conselho não era favorável. E existe sim, ele não era. Estava escrito que não era favorável e o poder público olha e fala não, porque não é o conselho que não é favorável, é metade que não é favorável e é metade que é favorável. Então, se é pra ser essa a questão, que se registre quem está votando favorável e quem não está votando favorável? Esse é o ajuste que nós vamos fazer, só que tem uma série de coisas...

**Patrícia Marra Sepe** 59:37

Isso. Então, coloca Tamires, coloca a redação que estava o poder público é favorável e a sociedade civil não é favorável. É a mesma lógica que a Tamires está usando.

**Daniel Teixeira de Lima** 1:00:05

Não, não se trata do poder público. E, o conselho ainda não votou, Patrícia! O conselho ainda não votou!

**Beth - Instituto Pólis** 1:00:13

Não votou, mas você se sentiu à vontade pra dizer que é favorável? Não votou e agora vocês se sentem à vontade pra votar?

**Roseli CGPNMCA** 1:00:14

Daniel, você vai ficar cortando a fala da pessoa? Espera ela terminar de falar pelo menos.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:00:16

Vai votar?

**Tiago de Andrade** 1:00:19

Gente, gente, gente! Por uma questão de ordem! A gente precisa que fale um de cada vez, pessoal. Senão a gente vai prolongar, tá bom?

**Tamires Carla de Oliveira** 1:00:25

Ei. É, então eu ia pedir isso. E que os conselheiros de fato se manifestem. O Ulisses se manifestou claramente, colocou toda a questão de que, enfim, foi incisivo, e colocou já o voto dele totalmente contrário ao empreendimento. Enfim, acho que todos os conselheiros de fato devem fazer isso pra gente poder registrar, fazer a alteração que seja necessária ali no final. E é isso, tá? O que a gente também não pode perder de vista, em que pese toda a delicadeza do assunto, a gente colocou uma série de dúvidas: 22, não mais de 20. É... coisas aí pra assegurar minimamente os impactos. Então a gente colocou assim. Foi uma construção entre o poder público e a sociedade civil, todo mundo aqui participou. O que a gente teria que colocar mais? O que a gente não teria, entende? Então, eu acho que esse documento já vai subsidiar, e muito, a manifestação do município, que depois tem que ser considerada pela Cetesb, e isso a gente não pode perder de vista. Contrário, eu tenho certeza, a sociedade civil vai ser contrária, o poder público vai ser favorável, pelos seus motivos óbvios, né? É o mandante do projeto. É só que a gente precisa avançar com isso e garantir o que é fundamental, que são esses impactos, né? E as compensações, né? Dos impactos mitigáveis ou não, enfim, tudo que vocês já debateram e que a gente sabe que assim, é... Isso é como já foi colocado em outras reuniões, é absolutamente inevitável, né? E esse daqui é o começo ainda do processo. A gente tá falando da manifestação do conselho, que é um conselho consultivo, que depois dessa manifestação vai para os processos da manifestação do município. Isso vai ser submetido à Cetesb. A Cetesb vai ser obrigada a convocar outros momentos também de participação. Então, ainda tem aí, como eu falei no começo, a gente tem um caminho muito longo ainda para isso tudo, tá. Então aqui a gente só tá começando. A gente tentou fazer da melhor maneira possível, dentro, obviamente, de todas as questões que são levantadas e são colocadas, as questões históricas, como Ulisses bem colocou, mas é esse é o fato!

Então eu sugiro, né, aqui, Tiago, pedindo permissão pra você que tá presidindo, que a gente prossiga com a manifestação dos conselheiros para que se vote.

**Tiago de Andrade** 1:03:18

Eu Acredito que esse seja o caminho, deixa eu só fazer uma fala, por favor.

**Vilma** 1:03:19

Eu acho que....

**Ulisses Queixada** 1:03:24

Camaradas, questão de ordem, camaradas, questão de ordem! Tiago, a Beth e a Patrícia colocaram no início que é importante a gente ter um mínimo de falas pra posteriormente os votos, porque depois que votar acabou, votou, acabou!

**Tiago de Andrade** 1:03:35

Não, perfeito, perfeito. Eu só vou fazer. Então, perfeito, Ulisses, eu só quero... só quero ter uma fala. Todas as pessoas tiveram uma fala, eu só vou fazer uma fala e aí a gente tenta seguir, está bem?

**Vilma** 1:03:48

Eu não tive fala, estou pedindo faz tempo!

**Tiago de Andrade** 1:03:53

Eu posso só terminar a minha fala, Vilma? E aí a gente vai organizar a fala de cada um. Primeiro, como a gente falou no início, e a gente já fez o que foi dito no início, a gente reabre a fala inicialmente aos conselheiros. E a gente já fez uma discussão aqui e que foi além dos conselheiros. Para a gente tentar contemplar a todos: eu acredito que a gente deva abrir a fala para os conselheiros. No fim da fala de cada conselheiro, ele já coloca a sua posição, se contrária ou a favor. A gente já coloca nesse documento como cada um, cada conselheiro está se manifestando. E posterior ao término da votação a gente abre novamente o microfone.

**Vilma** 1:04:41

Oi, gente.

**Tiago de Andrade** 1:04:43

Deixa eu só concluir, por favor.

**Vilma** 1:04:49

Depois que vota não tem direito a fala, não vai adiantar nada a fala. Tem que ser anterior!

**Tiago de Andrade** 1:04:57

Não tem direito a fala? Vilma, eu só preciso que, como a Tamires colocou, a gente não está aqui para continuar elaborando o documento. A gente está aqui para uma votação desse documento.

**Vilma** 1:05:00

É! Pra votar tem que ter sensibilidade, ter direito à fala. Eu sou população, eu moro em São Mateus!

**Tiago de Andrade** 1:05:11

E aí é uma votação contrária e uma votação não contrária. Mas a gente não tá negando a fala, Vilma, mas não está sendo negado a fala aqui.

**Vilma** 1:05:21

Independente! Depois da votação, não tem fala! Vai falar o que? Depois que votou? É momento de sensibilização.

**Roseli CGPNMCA** 1:05:32

Uhum.

**Vilma** 1:05:32

Tem que ter um momento de sensibilização dos conselheiros.

**Tiago de Andrade** 1:05:38

Eu acredito que esse momento, ele já foi Vilma, esse momento ele já aconteceu.

**Vilma** 1:05:39

Não adianta depois que votar!

**Tiago de Andrade** 1:05:46

A sensibilização já aconteceu.

**Vilma** 1:05:46

Vocês estão podando, moro há 62 anos aqui, já participei de vários momentos aqui de luta. Agora não tenho direito à fala. Quem vai cheirar, vai sentir cheiro de odor em São Mateus? Somos nós!

**Vilma** 1:06:06

É falta de respeito, não abre fala, é falta de respeito! Não abre fala! É falta de respeito com a população!

**Tamires Carla de Oliveira** 1:06:13

Vilma, a gente está na reunião do conselho gestor, né? Então não é uma audiência pública, enfim, a gente entende, todo mundo tem que falar e vocês vão falar! Mas assim, para mim também está muito clara a posição de todo mundo, então o que a gente está fazendo aqui? Aqui é o registro. Quem está contrário, está contrário. Quem está a favor, está a favor. Tá? Então é isso!

**Tiago de Andrade** 1:06:13

Vilma, a gente está abrindo fala para os conselheiros.

**Vilma** 1:06:17

Não! Estão calando a voz da população! Estão calando a voz da população. Depois que se manifesta, não adianta! E não adianta dar risada, que é coisa séria.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:06:43

Não, não estamos, não estamos.

**Tiago de Andrade** 1:06:48

Vilma, vai estar registrado isso. A forma que a população e a sociedade civil estão se posicionando vai estar registrado. Então é só a gente abrir a votação, vai ter a votação de cada conselheiro. Isso vai constar nesse documento: como os conselheiros se posicionarem, e isso vai estar aprovado ou reprovado. E aí vai ter diversas audiências públicas ainda desse empreendimento, tanto na Câmara Municipal quanto no território. Vai ser mais um momento de fala.

**Patrícia Marra Sepe** 1:07:26

Eu tenho uma questão de ordem! Eu não quero passar na frente, que tem gente, mas eu tenho uma questão de ordem. Se os conselheiros votarem contra a sociedade civil, mas no documento final vai aparecer que o conselho é favorável? A minha questão de ordem... Eu gostaria de, antes de prosseguir a votação, essa questão de ordem, esse esclarecimento: vocês estão falando que a sociedade civil vai votar contra? Mas qual é a palavra que vai aparecer na manifestação final? Que o conselho, que ele é favorável, é isso?

**Tiago de Andrade** 1:08:02

A palavra que vai aparecer, Patrícia, é a palavra de quem... de quem votou no quê. Então o Ulisses se manifestou contrário, a Roseli se manifestou "X" e a Rosa se manifestou "Y".

**Patrícia Marra Sepe** 1:08:16

Não é isso que está na minuta que vocês apresentaram agora.

**Tiago de Andrade** 1:08:18

O Vicente se manifestou "Y". Mas é isso que vai aparecer na minuta, Patrícia. A gente precisa votar pra escrever isso. Patrícia, você precisa me ouvir. Por isso que a gente está votando, para isso constar na minuta. A gente precisa votar pra que as pessoas se manifestem.

**Patrícia Marra Sepe** 1:08:25

Não é o que tá escrito na minuta que vocês apresentaram agora.

**Tiago de Andrade** 1:08:37

Ao contrário ou a favor? Para isso constar na minuta... Não tem como eu saber o voto do Ulisses ou eu saber o voto da Roseli ou eu saber a vota da Rosa. As pessoas votam, para a gente acrescentar isso dentro da minuta.

**Patrícia Marra Sepe** 1:08:46

Pelo amor de Deus, né? Tiago, ninguém é besta aqui, pelo amor de Deus! Eu quero saber, é uma questão de ordem. Eu quero saber qual é a palavra que vai aparecer, porque a minuta está escrita. O conselho é favorável à ampliação? Então essa frase tem que sumir. Este conselho votou seguinte o quê: "X", "Y" ou "Z", contrário ou favorável. Aí ao final se conta os votos. Se a sociedade civil ganhar, vai ter que aparecer que o conselho é contrário, é isso.

**Tiago de Andrade** 1:09:26

Por isso que a gente tem que abrir uma votação, por isso que a gente tem que ouvir os conselheiros para ter uma votação.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:09:30

Exato. E no caso de empate o coordenador que desempata.

**Tiago de Andrade** 1:09:42

Então eu vou voltar novamente a chamar os conselheiros para manifestação dos conselheiros, e a votação de cada um dos conselheiros. Hoje a gente já contabilizou o voto do Ulisses. E a Roseli, a gente chegou a contabilizar, Bruna?

**Bruna Regina de Jesus** 1:09:58

Não. Na sequência tem a Roseli com a mão levantada.

**Tiago de Andrade** 1:10:02

Então, Roseli, está com você a fala.

**Roseli CGPNMCA** 1:10:05

Primeiro, quero que se registre em ata dessa de reunião que a minuta que foi lida não foi aquela que foi enviada pra nós por e-mail. Eu me manifesto contrária ao empreendimento citado. E solicito que haja uma nova leitura da minuta com os nossos votos nominais. Então me manifesto contrária ao empreendimento citado e solicito essa leitura no documento que vai ser encaminhado, porque se vocês alteraram a minuta que foi encaminhada por e-mail, quem é que garante? O que que vocês vão fazer com essa com essa minuta? Agora eu quero saber, qual vai ser a minuta que vai ser encaminhada? Realmente é só isso.

**Bruna Regina de Jesus** 1:11:17

Na sequência, a gente tem a Norma.

**Vanilda Anunciação** 1:11:18

Muito importante saber disso antes da votação, né?

**Tiago de Andrade** 1:11:28

Eu não ouvi a última fala. Então, quem tá na... quem tá com a mão levantada, Bruna, pra gente prosseguir?

**Bruna Regina de Jesus** 1:11:41

Estava a Norma, mas ela tirou. Norma, pode falar, tá?

**Maira Soares Galvanese** 1:11:41

A Norma.

**Bruna Regina de Jesus** 1:11:51

Bom, tem a Jéssica. Na sequência, Jéssica, se você quiser se pronunciar, ela está com a mão levantada.

**Tiago de Andrade** 1:11:51

Norma.

**Norma Arata** 1:11:56

Sou eu agora. Agora eu entrei novamente! Porque é o seguinte, o texto final mostra o parecer da sociedade civil e mostra o parecer do governo, só que é claro, pra todo mundo que é o que a gente colocar aqui vai mudar o que está sendo decidido em São Paulo. Há um processo no Ministério público para avaliar o PL 799. Está na mão do juiz, está na mão do juiz! Há uma mobilização de todos os movimentos, né? De 300 movimentos que foram para a Câmara Municipal, que aquele processo não atendia a população. Está na mão do juiz e agora é, ao invés do conselho se colocar de uma forma precavida, sabe? É uma questão de precaução, né? De votar não ao projeto, mas considerando que, caso o licenciador queira seguir adiante para conceder a licença, tem todas essas considerações. Seria uma forma mais adequada, mais precavida da gente não tomar a decisão da justiça, que fez um grande trabalho. O CAEX fez uma investigação muito grande e a gente... é... não aguardar as outras entidades e essa decisão também... é... Eu não vejo que a população e o poder público, as pessoas que estão no poder público não queiram o melhor. Querem o melhor, isso é claro, né? A gente é claro quanto a isso. Nós queremos que melhore esse projeto e do jeito que estava no final, que eram só as considerações finais, "é só a respeito da Ampliação - Fase 6", ficava mais claro. Porque isso pode dar margem pra dizer que a gente permitiu o desmatamento das árvores, permitiu o Ecoparque, permitiu o início de um incinerador. O que é que o governo quer implantar? Então, do jeito que estava antes, considerações finais, é só isso, é somente em relação ao Aterro - Fase 6, ele fica mais estrito, restrito! É, então acho complicado abrir assim, fazer do jeito que o governo... Ele pode votar do jeito que ele quiser votar, mas eu acho complicado. Porque dá uma margem ao invés de uma precaução, né? É sobre isso, é sobre isso que eu gostaria que sensibilizassem as pessoas que estão no governo, porque do jeito que está o outro texto lá em cima na deliberação: "Recomendamos ao licenciador tais itens", isso aí ficou bem claro, ficou bem claro, né? E, no final, considerações finais que era somente. Em relação à ampliação da fase 6, eu gostaria de ouvir as outras pessoas e no final me manifestar, dar o meu voto.

**Tiago de Andrade** 1:16:44

Você não quer registrar seu voto agora, só pra gente já ir contabilizando, porque a gente vai colocar nominalmente a posição de cada um dentro desse mesmo

documento. Enquanto isso, a Bruna, ela pode ir redigindo como cada conselheiro está se posicionando.

**Norma Arata** 1:17:02

Meu voto é não ao projeto de ampliação do aterro. É... por todos esses motivos.

**Tiago de Andrade** 1:17:11

Perfeito Norma, obrigado! Oi, estamos te ouvindo.

**Norma Arata** 1:17:17

Alô? Porque ainda a população precisa ser melhor ouvida, mais ouvida e precisa de um projeto melhor para a os resíduos sólidos em São Paulo, que não está sendo contemplado.

**Bruna Regina de Jesus** 1:17:23

Na sequência tem a Jéssica.

**Tiago de Andrade** 1:17:42

Perfeito, é... Jéssica.

**Jéssica Nunes** 1:17:47

Olá, boa noite a todos é, eu não sei se meu microfone tá funcionando...

**Tiago de Andrade** 1:17:54

Tá funcionando, estamos te ouvindo.

**Jéssica Nunes** 1:17:57

Ai, que bom, então primeiramente, eu vou ser sincera com vocês, que nos últimos meses eu não estava participando das reuniões, tanto aqui do Cabeceiras quanto do CADES Tiradentes, por motivos pessoais. Mas é, eu dei uma olhada por cima, né? Eu analisei os documentos e eu sou contra esse empreendimento porque eu vejo aqui na reunião de que ninguém entrou no consenso, entendeu? E está um pouco confuso. Realmente, tendo em vista que eu, nesse assunto eu estou um pouco leiga, mas eu

não concordo, porque se caso for aprovado, que é assim, esse empreendimento tem que ter várias outras ressalvas, entendeu? Porque não é justo eles criarem um aterro sanitário. Seria outras formas de reparar os danos que podem ser causados, né? Com a construção desse aterro, entendeu? É complicado. Eu sinceramente, eu não concordo não, viu? É isso.

**Tiago de Andrade** 1:19:15

Então, o seu voto ao aparecer é contrário, é isso?

**Jéssica Nunes** 1:19:20

O meu voto é não, eu não concordo! É contrário.

**Tiago de Andrade** 1:19:27

Rosa?

**Rosa A. Apolinário - SUB-CT** 1:19:30

Oi, Tiago, meu voto é a favor do documento, tá?

**Tiago de Andrade** 1:19:36

Quer falar mais alguma coisa, Rosa?

**Rosa A. Apolinário - SUB-CT** 1:19:37

Não, não vou. Não vou entrar no mérito da discussão, tá?

**Tiago de Andrade** 1:19:39

Perfeito! Vicente?

**Beth - Instituto Pólis** 1:19:46

Agora estão. Está votando o governo, né? Eu acho que é bom dizer. Se apresentar e dizer: eu represento o tal órgão.

**Tiago de Andrade** 1:19:52

Isso, agora são...



**Tamires Carla de Oliveira** 1:19:54

Tiago, o Vicente eu acho que ele vai ter que fazer no chat, porque quando ele entrou falou que estava sem computador, uma coisa assim.

**Vicente Domingos Moreira** 1:19:58

Está me ouvindo?

**Rosa A. Apolinário - SUB-CT** 1:20:03

Oi.

**Beth - Instituto Pólis** 1:20:06

A Rosa poderia dizer de que órgão ela é, quem ela é.

**Vanilda Anunciação** 1:20:07

Eu só queria só um minutinho, gente.

**Rosa A. Apolinário - SUB-CT** 1:20:10

Sou da Subprefeitura Cidade de Tiradentes, Beth.

**Vanilda Anunciação** 1:20:11

Gente.

**Beth - Instituto Pólis** 1:20:13

Aonde?

**Vanilda Anunciação** 1:20:13

Só um segundinho.

**Rosa A. Apolinário - SUB-CT** 1:20:16

Subprefeitura Cidade de Tiradentes?

**Beth - Instituto Pólis** 1:20:18

De que? Que órgão governamental você é?

**Tiago de Andrade** 1:20:21

É da subprefeitura.

**Rosa A. Apolinário - SUB-CT** 1:20:21

Da subprefeitura.

**Beth - Instituto Pólis** 1:20:22

Ah, ok, obrigada.

**Vanilda Anunciação** 1:20:24

Só uma coisinha rápida, gente, por favor, tem é pessoas querendo entrar e não estão ainda sendo autorizadas. Inclusive pessoas do Fórum Social da Zona Leste, que não estão conseguindo acessar. Libera aí, por favor, obrigada!

**Vicente Domingos Moreira** 1:20:40

Alô, estão me ouvindo? Alô?

**Bruna Regina de Jesus** 1:20:44

Estamos ouvindo.

**Vicente Domingos Moreira** 1:20:45

Então, é que o meu notebook estava com problema, mas consegui fazê-lo funcionar. Então, a Subprefeitura de São Mateus é favorável à Ampliação do aterro - Fase 6. E o texto que foi colocado pra fazer as mitigações, eu acho que está bom, e a gente aprova então.

**Tiago de Andrade** 1:21:09

Obrigado, Vicente. Tatiele?

**Tatiele Viviane** 1:21:18

Boa noite, pessoal. Eu participo de todas as reuniões do conselho, já participei também em 2 reuniões lá no CTL da Ecourbis e a minha opinião: eu sou a favor sim da ampliação.

**Beth - Instituto Pólis** 1:21:35

Você é de que órgão, Tatiele, por favor?

**Tatiele Viviane** 1:21:39

Eu sou da classe dos trabalhadores.

**Beth - Instituto Pólis** 1:21:42

Ah, é, tá.

**Tatiele Viviane** 1:21:43

Sim.

**Beth - Instituto Pólis** 1:21:45

Muito bem.

**Tatiele Viviane** 1:21:46

É, eu sou a favor, porque pelo que eu entendi, eles já estão do lado e precisa ampliar, onde que ele vai colocar esse monte de lixo que está produzindo todos os dias? Eu gostei muito da palestra deles e eu entendi que precisa e é necessário. Só isso, obrigada.

**Tiago de Andrade** 1:22:07

Obrigado, Tatiele. É, agora é o meu voto, né? E como Secretaria do Verde eu coloco meu voto como a favor também da manifestação.

**Ulisses Queixada** 1:22:20

Tiago, questão de ordem? O presidente não só vota quando dá empate?

**Tiago de Andrade** 1:22:27

Não, o presidente vota.

**Ulisses Queixada** 1:22:27

Sabe, porque se você votar, seu voto vai valer 2.

**Tiago de Andrade** 1:22:33

É que ele vota.

**Ulisses Queixada** 1:22:33

Por que você votando empata aí você vota de novo e desempata. E por acaso existe algo assim no Brasil? Não existe um voto que vale por 2. Isso é nos Estados Unidos, aqui é Brasil.

**Patrícia Marra Sepe** 1:22:38

Gente, pelo amor de Deus, não existe. Pelo amor de Deus, né? Isso não existe.

**Tiago de Andrade** 1:22:47

Dentro do regimento.

**Beth - Instituto Pólis** 1:22:49

Tá certo, é.

**Ulisses Queixada** 1:22:51

Tiago, dentro do regimento, não. Tiago, dá uma olhada, por favor! Eu creio que o presidente só vota em caso de empate, ele é o voto de minerva.

**Tiago de Andrade** 1:22:51

Dentro do regimento?

**Ulisses Queixada** 1:23:03

Alguém? Vou pesquisar agora, mas alguém olha aí, por favor, o Regimento!

**Beth - Instituto Pólis** 1:23:05

Exatamente.

**Tiago de Andrade** 1:23:06

Não, o regimento está aqui conosco Ulisses.

**Norma Arata** 1:23:08

É isso mesmo.

**Ulisses Queixada** 1:23:10

Então, vota em caso de empate.

**Maira Soares Galvanese** 1:23:14

Bruna, abre o regimento.

**Tiago de Andrade** 1:23:15

A gente pega o regimento aqui. Só um momentinho, Ulisses, por favor.

**Maira Soares Galvanese** 1:23:21

Bruna, você pode compartilhar, por favor, na tela?

**Beth - Instituto Pólis** 1:23:23

Abra e leia o regimento alto.

**Bruna Regina de Jesus** 1:23:26

É que eu não tenho documento aberto aqui, mas eu vou procurar, tá?

**Maira Soares Galvanese** 1:23:29

Não, eu te mandei, você... eu te mandei o regimento.

**Tiago de Andrade** 1:23:30

Eu tenho aqui, eu tenho aqui.

**Ulisses Queixada** 1:24:12

Todos conseguem ver?

**Tiago de Andrade** 1:24:22

E está visualizando?

**Jéssica Nunes** 1:24:23

Sim, eu consigo.

**Ulisses Queixada** 1:24:34

Artigo sexto, a presidência terá a seguinte, alínea sétima, votar enquanto conselheiro e exercer o voto de minerva, voto de desempate.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:24:51

O voto de qualidade e desempate.

**Tiago de Andrade** 1:24:55

São 2 votos, Ulisses, entende?

**Ulisses Queixada** 1:24:57

Nossa senhora, eu nunca ouvi isso na vida. Eu vou até olhar os outros.

**Tiago de Andrade** 1:24:59

Isso está no regimento, está escrito.

**Vilma** 1:25:02

Que absurdo. Absurdo.

**Tiago de Andrade** 1:25:05

Gente, por ordem. Esse regimento foi votado por vocês.

**Ulisses Queixada** 1:25:07

Nossa senhora.

**Tiago de Andrade** 1:25:13

Esse regimento foi votado e publicado em Diário Oficial e foi votado em Assembleia dentro desse Conselho Gestor. É só pra deixar isso claro, tá? Isso não é uma imposição do poder público. O documento é o regimento interno do Conselho Gestor que foi votado, não foi imposto.

**Ulisses Queixada** 1:25:35

Tiago, é sim, foi votado, mas esse erro não deveria ter passado pelo jurídico da Secretaria do Verde? É um erro crasso e eu não vou nem dizer o que eu estou imaginando. Por que que foi feito esse erro? Mas é um erro grotesco. O presidente tem voto que vale por 2. Isso é nos Estados Unidos da América do Norte. Isso é grotesco.

**Tiago de Andrade** 1:26:01

Ulisses, se não contabilizar o voto do da Secretaria do Verde, não fica paritário o conselho, entendeu? Se você não contabilizar esse voto da Secretaria do Verde, não tem uma qualidade. Não está igual dos 2 lados.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:26:14

Eu não ouvi.

**Tiago de Andrade** 1:26:22

Essa aqui, então.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:26:23

O conselho tem 8 pessoas. Alguém vai ter que votar 2 vezes mesmo.

**Tiago de Andrade** 1:26:30

Tem 4 da sociedade civil e tem 4 do poder público. E aí o voto de Minerva é do presidente.

**Tamires Carla de Oliveira** 1:26:45

Vamos para o seguinte.

**Tiago de Andrade** 1:26:50

Então, só voltando então para registrar: o meu voto é a favor, tá?

**Beth - Instituto Pólis** 1:26:58

Espero que vocês durmam com essa felicidade de terem vencido sobre nós.

**Ulisses Queixada** 1:27:10

Só corrigir no conselho tem 9, é que falta gente do conselho. Tem 9.

**Ulisses Queixada** 1:27:16

Por isto o presidente, só vota em empate.

**Tiago de Andrade** 1:27:18

Não.

**Patrícia Marra Sepe** 1:27:20

É, nunca um conselho, pode ser par, nunca, nunca um conselho par.

**Tiago de Andrade** 1:27:21

Não. Mas o conselho, ele é paritário, ele é par. O conselho gestor, ele é sempre par gente.

**Tiago de Andrade** 1:27:37

Nós fomos em 8 Ulisses.

**Ulisses Queixada** 1:27:39

9, meu irmão, estou vendo aqui.

**Tiago de Andrade** 1:27:46

Então, vamos lá.

**Vicente Domingos Moreira** 1:27:50

Tu?

**Ulisses Queixada** 1:27:50

Está aí o link. Somos em 9 é que... não tá faltando gente?

**Vicente Domingos Moreira** 1:27:54

Viu? É essa confusão.

**Tiago de Andrade** 1:27:54

Ulisses, nós temos 2 pessoas da sociedade civil que é a Roseli. Olha, presta atenção, por favor, Ulisses. A gente tem a Roseli. Ulisses, por favor, nós temos a Roseli e a Jéssica como frequentadores. Nós temos a Norma e você como entidade, nós temos a Rosa e o Vicente como as 2 subprefeituras. Nós temos a Tatiele como trabalhador e tem a Secretaria do Verde. São 8. Não tem a nona pessoa. Se tivesse a nona pessoa, teria que convidar mais alguém do poder público.

**Vicente Domingos Moreira** 1:28:40

Tiago, esse problema não está acontecendo porque a Secretaria do Verde está ocupando 2 papéis? Que ela... não é pra ser o presidente do Conselho.

**Tiago de Andrade** 1:28:48

Não, não. A Secretaria do verde está ocupando um papel só!

**Tamires Carla de Oliveira** 1:28:50

Não, não é.

**Vicente Domingos Moreira** 1:28:52

Então está nesse momento, está ocupando 2 papéis, porque ela está subindo o de presidente, que não tem ainda. Quando tiver, não vai ser o do "Verde".

**Tamires Carla de Oliveira** 1:28:59

Não, não é Vicente!

**Tiago de Andrade** 1:29:02

Não, a presidência é da Secretaria do Verde. A presidência do Conselho gestor é da Secretaria do Verde. É a Danuta como titular e eu como suplente.

**Vilma** 1:29:15

Deixa eu. Eu queria intervir, gente.

**Ulisses Queixada** 1:29:15

Bom camaradas, a sociedade civil teve 4 votos contrários. O poder público teve 3 que valeu por 5 e pronto. Está aprovado pelo governo. Acabou a conversa. Qual a dúvida?

**Vilma** 1:29:31

Eu quero colocar uma questão agora. Já votaram? Eu quero colocar uma questão.

**Tiago de Andrade** 1:29:34

A gente precisa terminar. Não, não. A gente precisa só terminar o trâmite primeiro. Vocês estavam questionando o número de pessoas, a forma de voto, né? A gente mostrou o número de pessoas e mostrou a forma de votação. Agora eu preciso que a Bruna nos coloca como que está a votação nesse momento?

**Vilma** 1:29:58

Eu queria fazer uma intervenção antes do seu voto de Minerva.

**Tiago de Andrade** 1:30:00

Só um momentinho, deixa a gente só concluir. Você pode fazer intervenção após a conclusão desse trâmite? Por favor, Bruna.

**Bruna Regina de Jesus** 1:30:14

Vocês estão conseguindo ver?

**Maira Soares Galvanese** 1:30:17

Sim.

**Tiago de Andrade** 1:30:24

Então eu vou registrar meu voto de desempate aqui como a favor, ok?

**Ângelo** 1:30:29

Se está 4 a 3, como é que você vai votar desempate?

**Tiago de Andrade** 1:30:34

Está 4 a 4.

**Vilma** 1:30:46

Eu quero falar, gente.

**Tiago de Andrade** 1:30:48

Estamos só concluindo aqui.

**vilma** 1:30:52

Então, foi antidemocrático e nem direito a fala a gente tem.

**Tiago de Andrade** 1:30:55

Não, Vilma, você pode falar, Vilma.

**Vilma** 1:30:58

Eu estou... Eu estou querendo falar desde o começo da reunião.

**Tiago de Andrade** 1:31:02

Então, perfeito, o microfone está com você.

**vilma** 1:31:04

Ah, obrigada, eu acho. Eu vou falar uma coisa, né? Como eu já falei, eu sou leiga, mas eu tenho um pouquinho de informação pra te pra falar, tá? É muito absurdo. Se são 8 votantes, 8 votantes, e o voto de Minerva é da Secretaria do verde, então nenhuma votação. A população ganha? Não, não vence. Então, parece que a coisa aí é meio já falando assim, olha, já que eles são 4, e não são 4, e meu voto vale 2, então na verdade, gente. A Secretaria do Verde, a gente não ia nunca ter uma Vitória. Porque isso pra mim sempre é e vai ser, não existe isso. O seu voto de Minerva seria contanto que fosse um outro grupo, uma outra composição.

**Ulisses Queixada** 1:32:13

Se houver esse empate.

**vilma** 1:32:20

Sabe como que eu vou convencer o golpe?

**Tiago de Andrade** 1:32:21

Mas aí não tem como a gente discutir algo. Não tem como a gente discutir qual que foi aprovado pessoal. A gente tem as regras e as regras estão. Estão para todos, Vilma.

**Vilma** 1:32:26

Espera um pouquinho, eu quero falar uma composição, como que uma composição de um governo, pessoas que são atreladas ao governo... Isso significa que os seus empregos também estão sim em jogo: "Vou votar favorável." Ah, gente, ninguém é trouxe aqui, ninguém é bobo. Sabe? E vocês estão falando o que está aqui em jogo, é as nossas vidas é as vidas das nossas gerações que estão vindo aqui, meus filhos, meus netos. Não é qualquer coisa, não, porque você defender verde e meio ambiente, o quê? Estão falando de 60.000 árvores na cidade de São Paulo, 62.000 árvores aqui em São Mateus por enquanto. E vocês vêm falar para mim: a Cetesb não pediu nenhum parecer ainda. Isso tudo foi feito para apressar. Quem fez isso, foi a prefeitura que está pedindo. Será que a gente... você acha que tá fazendo a gente de trouxe? Tiago, vocês só estão segurando o emprego de vocês. Isso é um absurdo. Isso é um grande absurdo que a gente tem. Isso é vergonhoso, não é ético. Pra ninguém é ético, não é ético jogar a vida de 450.000 habitantes no lixo. Não é ético.

**Ulisses Queixada** 1:34:08

Sim.

**Vilma** 1:34:10

Não é ético, não tem ética isso. Essa votação não tem ética. E você?

**Tiago de Andrade** 1:34:11

Vilma foi registrado, foi registrado a sua a sua posição.

**Beth - Instituto Pólis** 1:34:16

Você vai ter que escutar a moradora Tiago, respeite, respeite, a moradora está falando.

**Tiago de Andrade** 1:34:20

Nós temos 2 minutos por pessoa. Essas são as regras, gente.

**Vilma** 1:34:20

E vocês fizeram o quê? Regra é o que? Que regra que você cumpriu? 2 votos da mesma pessoa?

**Tiago de Andrade** 1:34:26

Eu não estou desrespeitando, eu não estou desrespeitando.

**Vilma** 1:34:31

2 votos da mesma pessoa. Isso é ético?

**Beth - Instituto Pólis** 1:34:31

Está interrompendo a fala dela?

**Tiago de Andrade** 1:34:32

Eu não estou de desrespeito. Não é a mesma pessoa, gente, isso está no regimento interno.

**vilma** 1:34:37

Quem é você? Ah, quem é? Santa paciência, vê se tá escrito "trouxa"! Eu não sou trouxa.

**Tiago de Andrade** 1:34:41

Vilma, isso está no regimento interno. Isso foi votado dentro do regimento interno, sem problema. Então a gente tem, vamos dar fala para mais alguém que queira usar o microfone, ok? Respeitando os 2 minutos. Bruna, por favor, você pode ir consolidando o documento final. Não me lembro as pessoas e a forma que se posicionaram, por favor.

**Vilma** 1:35:05

Não entendi a manobra, não entendi.

**Bruna Regina de Jesus** 1:35:05

Na sequência, tem a Roseli com a mão levantada, é a Roseli.

**Ângelo** 1:35:06

Eu quero um minuto de fala.

**Tiago de Andrade** 1:35:13

Poderia ir, a próxima é isso.

**Maira Soares Galvanese** 1:35:36

Pode falar, Roseli.

**Roseli CGPNMCA** 1:35:41

Vocês querem que a gente se manifeste novamente sobre o voto?

**Tiago de Andrade** 1:35:46

Não, você levantou a mão, pensei que você queria se manifestar sobre alguma outra.

**Roseli CGPNMCA** 1:35:58

Eu ainda friso que eu quero que nessa nova minuta os votos sejam nominais, né? Porque eu também não concordo que você votando 2 vezes, né? Votando 2 vezes, ainda que esteja de acordo.

**Tiago de Andrade** 1:36:08

Então, temos isso. Roseli, a gente vai deixar tudo nominal.

**Roseli CGPNMCA** 1:36:17

Com o regimento interno, não quer dizer que o Conselho seja favorável. Aí ficou bem claro, o Conselho, por parte dos representantes da sociedade do segmento governo são favoráveis; da sociedade civil, não são favoráveis, são contrários, né? Então, isso não significa que o conselho é favorável? De jeito nenhum.

**Tiago de Andrade** 1:36:50

Perfeito, isso. Isso vai ficar bem, isso vai ficar bem explícito na redação final. Com certeza.

**Beth - Instituto Pólis** 1:36:58

Tem que mandar para nós por e-mail. Como foi pedido.

**Tiago de Andrade** 1:37:03

Sem problemas, será encaminhado pra todos. Isso é público. Essa tela é pública. Até um documento público. Bruna, tem mais alguém de mãos levantadas?

**Patrícia Marra Sepe** 1:37:14

Eu estou esperando o Ângelo, tem várias pessoas, eu não sei a ordem.

**Bruna Regina de Jesus** 1:37:17

Tem a Patrícia agora, na sequência. Pode falar, Patrícia.

**Ângelo** 1:37:19

É, eu estou há um tempo aqui aguardando.

**Tiago de Andrade** 1:37:21

A Bruna vai colocar a ordem, pessoal, é só a gente escutar a Bruna, que a gente sabe qual ordem que vai ocorrer. Bruna, por favor.

**Bruna Regina de Jesus** 1:37:23

É a Patrícia que estava na sequência.

**Tiago de Andrade** 1:37:34

Patrícia.

**Patrícia Marra Sepe** 1:37:35

Tá bom?

**Tiago de Andrade** 1:37:37

Vamos tentar respeitar o tempo, tá pessoal? 2 minutos.

**Patrícia Marra Sepe** 1:37:40

Tá bom? Se você não interromper, né? A gente termina a fala, depois você justifica. Eu queria que constasse, além desse parecer, gostaria que constasse em ata, como já foi colocado que houve uma alteração no parecer encaminhado pela própria Secretaria hoje, ao meio-dia. Queria colocar também que é passível de contestação, considerando que a Resolução Conama, ela pede que o órgão licenciador peça o parecer do Conselho. Pelo que me consta, a Cetesb ainda não se posicionou pedindo parecer do conselho, então é uma das questões que a gente vai questionar sim. Por fim, a gente não tem garantia nenhuma. Infelizmente, conselheiros, conselheiras e Secretaria, essa já é a sexta ampliação. Quais compensações ambientais vingaram? A região de São Mateus, desde 1992, vamos colocar, eu fui procurar no EIA/RIMA da Cetesb e, se vocês olharem as compensações, muito pouco foram executadas. Várias foram executadas fora de São Paulo, outras a Cetesb deu um aval e se perdeu. Então, gente, não tenham expectativa de que essas recomendações, infelizmente, vão ser cumpridas, infelizmente, e nós vamos continuar a insistir que é um único empreendimento. Ampliação do aterro, movimento de Terra e instalação do incinerador. Tudo isso compõe um único empreendimento e é absurdo que o EIA/RIMA não considere isso. Então nós vamos continuar a questionar essa questão. Infelizmente, eu não entendo por que a Secretaria do Verde teve que fazer esse desrespeito à sociedade civil, da forma como foi conduzida essa reunião aqui hoje. Vocês tinham, claro, está escrito lá na resolução. Era vocês que vão dar o parecer final depois. Mas por que que não mantém? E não precisava ter essa artimanha, porque foi uma artimanha o que foi feito, trocar a palavra, o final, só para sair que vocês são favoráveis. Mas tenham claro, Tamires, que todo mundo vai saber que a sociedade civil votou contra. Tenha claro isso, Tamires. É, tenha claro que os mandatos não vão deixar essa situação, porque vocês não podem passar por cima da sociedade civil. Isso é um absurdo. Eu tenho vergonha, eu sou servidora, eu fui servidora 24 anos nessa Secretaria, 12 anos em SMUL. Eu tenho vergonha da postura e essa Prefeitura não me representa. E mais uma coisa, por que que a Danuta não está hoje conduzindo a reunião, sendo que a Danuta é a única servidora de carreira? De carreira que não tem pressão política. Então é isso, me desculpe, mas me entristece muito e tenha claro, Tamires, que nós vamos questionar, nós vamos questionar. Se a gente vai ganhar ou não, é a luta da sociedade civil, mas nós vamos questionar.

**Tiago de Andrade** 1:41:45

Bruna, quem que é o próximo?

**Bruna Regina de Jesus** 1:41:49

Tem o Mateus com a mão levantada.

**Tiago de Andrade** 1:41:51

Mateus, por favor.

**Mateus Muradas** 1:41:54

Boa noite, pessoal. É... só lamentar o que está acontecendo aqui hoje e eu gostaria de pontuar um o artigo, aliás, o parágrafo terceiro, artigo sétimo, da Lei 15.910 e dizer que um regimento interno do conselho gestor não se sobrepõe a Lei 15.910 e a lei diz o seguinte: "As deliberações do conselho gestor, quando for o caso, exigirão a presença do quórum e serão tomadas por maioria simples, exceto as que exigirem maioria absoluta nos termos dessa lei." Então é, vamos questionar, tá? Se a decisão, e se constar em ata, é que vocês estão seguindo um regimento que está contra a lei de conselho gestor. Isso será questionado, porque é o que regulamenta a atuação e votação no conselho gestor. É a lei, além do regimento. Então eu só queria pontuar isso e endossar aí as falas da Patrícia, que vai ter luta. A gente não vai deixar barato. E parabéns aos conselheiros que votaram contra, certo? Infelizmente nós entendemos aí os funcionários da prefeitura que estão sendo pressionados e não, infelizmente não tem independência para votar um absurdo desse. Então, é, é lamentável, tá? E dizer, Tamires, que poderia ter sido diferente, tá? Poderia ter sido diferente todo esse processo, vocês estão atropelando o processo, é isso que eu queria dizer. Boa noite e é um dia muito desagradável para toda a zona leste e todas as pessoas que vão ser afetadas por isso.

**Tiago de Andrade** 1:43:57

Obrigado, Mateus. Brunas?

**Bruna Regina de Jesus** 1:44:03

É a Ju Costa.

**Tiago de Andrade** 1:44:07

Por favor.

**Julia Silva Costa** 1:44:13

É, eu me sinto contemplada pelas falas do dos companheiros. Vou tentar ser bem rápida, inclusive nesse sentido, e que há um problema de interpretação de texto quando se fala, quando não se está explícito que o voto de minerva vai ser dado por uma pessoa que já votou. Então, é uma questão de interpretação, certo? Então, colocar aqui que essa votação está sendo burlada, o resultado dela. Só deixar isso explícito registrado.

**Tiago de Andrade** 1:44:45

Perfeito.

**Bruna Regina de Jesus** 1:44:47

Na sequência, tenho Ulisses.

**Tiago de Andrade** 1:44:52

Vamos lá, Ulisses.

**Ulisses Queixada** 1:44:55

Não tem o Angelo antes. Ele pediu a fala antes.

**Tiago de Andrade** 1:44:58

Por favor.

**Vanilda Anunciação** 1:44:59

Eu estou pedindo a fala, já coloquei no chat, estou com a mão levantada há muito tempo, quando puder, por favor.

**Tiago de Andrade** 1:45:07

Só um momentinho por favor

**Bruna Regina de Jesus** 1:45:08

Gente, quando vocês levantarem a mão, não tirem o ícone, porque perde a sequência.

**Ângelo** 1:45:08

Vou falar agora sim, boa noite a todos.

**Tiago de Andrade** 1:45:12

Espera. Só um momentinho, gente, espera seu Ângelo, só um momentinho, só pra gente falar só. Pessoal, não abaixem a mão. Depois que levantou a mão, aguardem que a Bruna, ela vai ver a ordem que vai ser chamado. Bruna, depois só pega aqui essa pessoa que acabou de falar, que eu não sei quem foi, pra ser posterior ao Seu Ângelo, por favor. Senhor Ângelo, desculpa, a fala está com o senhor.

**Ângelo** 1:45:32

Boa noite a todos, em nome da Patrícia e da Beth, eu cumprimento todos os membros do conselho dessa reunião. Eu acho, depois de toda consideração que foi feita, e muitas considerações, se a gente for analisar bem contrária ao equipamento, eu nunca vi fazer uma audiência pública depois de ser votado... ser votado o parecer. A audiência pública tem de ser antes. Eu não vou alongar muito, tá? A questão da Danuta não estar aí, não está presente hoje também, não, não me desceu. E outra coisa, por que todos os conselheiros e as pessoas que estavam mandando o seu parecer, teve prazo e a Secretaria apresentou na última hora. Sem nós conselheiros, termos conhecimento em outra reunião. Eu não vou me alongar muito, que eu já estou nervoso, porque Patrícia me conhece quase 20 anos de conselho do CADES e nunca houve uma palhaçada dessa. Me desculpa, Tiago, mas isso foi uma palhaçada.

**Tiago de Andrade** 1:47:11

Bruna?

**Bruna Regina de Jesus** 1:47:11

Bom, nossa, é... Eu não sei quem foi que ia falar na sequência, mas aqui tem a Ju Costa.

**Maira Soares Galvanese** 1:47:15

Ulisses está de mão levantada.

**Tiago de Andrade** 1:47:15

Não era uma mulher? Não, não, não. A gente tinha uma mulher que parecia que estava há mais tempo de mão levantada e a gente não a contabilizou.

**Bruna Regina de Jesus** 1:47:21

Aqui tem a Ju, Ulisses e o Caique na sequência, gente.

**Tiago de Andrade** 1:47:27

Eu acho que é a Ju. Então Ju, você pode se manifestar, por favor? Não é a Ju.

**Vanilda Anunciação** 1:47:29

Não, eu posso falar depois não tem problema, mas eu. Eu já me manifestei no chat, estou com a mão levantada há muito tempo. Fui eu que falei agora há pouco, mas tudo bem. Eu aguardo as outras falas, não tem problema.

**Bruna Regina de Jesus** 1:47:40

Pode falar, Vanilda.

**Tiago de Andrade** 1:47:41

Não, não, por favor, não, por favor, fala, o microfone está com você.

**Vanilda Anunciação** 1:47:45

Oi. Então tá bom, obrigada, boa noite a todas a todos. Eu sou a Vanilda, eu, a minha família se mudou aí para essa região do Jardim Limoeiro, na terceira divisão em 1980, né? Então a gente convive com essa situação do aterro desde sempre.

**Vanilda Anunciação** 1:48:05

É, só queria fazer coro aqui com as pessoas que me antecederam. Patrícia, Angelo e outros, Mateus, outras pessoas aqui que falaram que se a gente tivesse tido cumpridas as metas dos empreendimentos anteriores das ampliações anteriores, né, a gente não estaria nesse lugar que a gente está hoje, então é muito importante a gente lembrar disso, que se tivessem minimamente, minimamente, sido cumpridas as metas, os compromissos, tudo que foi estabelecido nos empreendimentos anteriores, nas ampliações anteriores, a gente teria hoje uma outra condição e a gente estaria falando de um outro lugar e de uma outra maneira, então acho que isso é muito importante. É importante gente... que sobre as compensações ambientais, para a gente que é do território, muito pouco ao longo de todos esses anos em que a gente recebe o lixo da cidade, muito pouco foi o investimento real e efetivo de compensação ambiental. No território ao longo dessas décadas, né? E de novo o descumprimento, todos os descumprimentos nesse sentido. Importante é que para a gente que é do território foi um susto, né? Entender o que... o que estava, o que que a prefeitura estava querendo dizer com essa história de Ecoparque, né? Porque Ecoparque é um nome muito bonito, mas é nome bonito para coisa feia, bastante feia e que foi muito escondida, né? Nessa forma, em que tudo isso foi conduzido, fatiando esse processo todo, e esse fatiamento não foi à toa, né? É um fatiamento justamente para burlar a legislação. Então ninguém aqui está mais. Depois teve muita coisa muito escondida durante muito tempo. Tem muita informação controversa ainda, né? Essa questão do número de árvores a serem derrubadas, por exemplo, é um susto depois do outro, né? Porque se falava num número enorme de 10.000. E aí depois a gente vai levando um susto após... não, não é 10.000. Aí não é 10.000, é 20, é 30 é 50, 60, 62. E a gente não tem de verdade informação clara, efetiva e precisa, que deveria existir por parte da prefeitura. A gente não deveria ter que ficar tomando esses sustos e cavando informação, buscando informação. Tudo devia vir num pacote só, as informações, né? E a Norma lembrou uma questão aqui que tem, é... questões sobre isso com o Ministério público, né? Também a ação popular, que é uma questão que está judicializada. E que tudo isso está em curso, mas, para além disso, a gente sabe a importância que tem aqui desse conselho. Só que eu só queria também reforçar que a sociedade civil não tem a menor chance aqui. Não é de verdade, não é para valer. A sociedade civil não tem nenhuma chance, de ganhar. Nenhuma discussão aqui não tem nenhuma possibilidade real,

então é um teatro, né? Uma forma de manipulação e de manobra, né? É pra ter essa narrativa de que a maioria do conselho é favorável. Mas a maioria do conselho é favorável... construído isso em que termos, né? Então, essa situação em que a sociedade civil não tem nenhuma chance verdadeira, nenhuma chance real, nem nessa discussão e nem em qualquer outra. Não tem, a sociedade civil não tem chance de ganhar, isso é muito importante. Se a gente tivesse cumprido a coleta seletiva, por exemplo, se tivesse cumprido essa meta, a gente não estava nesse lugar. Eu, nesse, todo esse tempo que a gente tem discutido... os catadores, as catadoras, por exemplo, estão apartadas dessa discussão, estão apartados, dessa, dessa caminhada toda que a gente tá fazendo aqui, tá tendo. E é um segmento extremamente importante no que diz respeito a como a nossa cidade lida com os resíduos sólidos, né? A nossa política e os nossos retrocessos em relação aos resíduos sólidos. Então, para a gente que é do território, essa ameaça do incinerador é muito grave. A gente já convive com a petroquímica. Aí com aterro há tanto tempo, a gente já está numa região da cidade onde a cobertura de vegetação está entre as menores da cidade. A gente já está na região em que a expectativa de vida é pequena e a gente está tratando dessa maneira. E quem está decidindo? Importante também registrar. São pessoas que não são da região, que não são do território e que estão decidindo pelo governo, porque o governo tem maioria, né? Dessa forma, como está construído com essa manobra, com essa manipulação, o governo tem a maioria garantida e resolvida e a sociedade civil não tem nenhuma chance real, então. Eu queria reforçar isso e dizer o quanto, para quem é do território, para quem é da região, o quanto isso é devastador em vários aspectos, em vários sentidos, tá bom, gente, boa noite, obrigada.

**Tiago de Andrade** 1:53:29

Obrigado, Vanilda. Bruna?

**Bruna Regina de Jesus** 1:53:31

Ulisses.

**Tiago de Andrade** 1:53:33

Ulisses está com você.

**Ulisses Queixada** 1:53:37

Tamires, presta atenção o quão é sério o que um técnico ambiental vai te falar agora: foi graças à minha indagação do número de árvores, Tamires, que a Ecurbis, abriu o jogo. Invés de 10, mudou para quase 63.000, Tamires, e o verde tinha aceitado isso. O Verde tinha aceitado isso já, a Ecurbis simplesmente disse o tamanho da área 42, 43 mil hectares e pronto, o verde já tinha aceitado. Reitero o que a Patrícia colocou, o que a Vanilda acabou de colocar. Tamires, as compensações sequer ficam aqui e infelizmente eu preciso concordar com a Patrícia. Camaradas, não temos expectativas que virá algo de compensação. Vou citar exemplos práticos, tá bom? Parque aterro Sapopemba, pra quem não sabe, eu administrei parque 8 anos. A Ecurbis fez um trabalho tão porco de entrega do parque que tem um processo do Ministério Público mostrando a falta de qualidade dos materiais que ela usou pra fazer o parque, a ADM do parque. Então isso ela fez e entregou ao Verde e o Verde aceitou. Aí, quando fez um trabalho aquém do que deveria e o Verde fez uma vistoria aquém do que deveria, quando foi fazer a vistoria de obra. Não sei como é que tá esse processo, mas sei que o parque até hoje é um grande aterro. Por quê? Porque o solo é muito ruim. Se não for investido de forma verdadeira, Tamires, recursos naquele parque, vai ser um aterro *ad aeternum* ou uma grande plantação de leucenas, que é uma árvore exótica invasora, que destrói tudo. Vou te dar um outro exemplo, camaradas, estive há 15 dias no aterro do parque do Carmo. Tamires, eu fiquei assustado. A Ecurbis está fazendo um plantio de monocultura de Ingá. Eu, Ulisses, amo Ingá. É uma árvore nativa frutífera. Porém, Tamires e camaradas da Secretaria do Verde, porque é o Verde que dá aval, quando a Ecurbis começa a socar ingá na região, não está fazendo biodiversidade, não, não está recuperando área, não, Tamires, você é técnica. Como é que o verde está aceitando? A Ecurbis fazer aquilo que ela chama de compensação do aterro, o que é pior, camaradas a Ecurbis quer entregar aquilo pro verde, cheio de eucaliptos e monocultura, vingar, eu vi aroeira-pimenteira e mulungu, três espécies. Três espécies, Tamires. Então isso prova, camaradas, que a Ecurbis não tá nem aí pra São Mateus, pros passivos ambientais e que, infelizmente, Tamires, o Verde tá sendo conivente, Tamires. Você tá ouvindo isso de um técnico. Eu, além de militante da área ambiental, você sabe, eu sou técnico na área. Eu amo, eu vivo a área ambiental. E quando eu subi lá, Tamires, e vi aquele, aquela monocultura, meu coração partiu Tamires, porque é

com conivência do Verde. Como é que pode isso? Tamires, então, camaradas, o que a Patrícia colocou, infelizmente, nós já estamos vivendo. Agora estamos vivendo. Lamento, Vicente, conheço você há tantos anos, você teve que votar a favor, a Rosa, a Tatiele, lamento, lamento vocês terem que votar a favor de uma desgraça para a população de São Mateus, que não há nada, Tamires, você sabe que eu estou certo, porque eu trago dados, Tamires, eu trago exemplos práticos. Então, assim, camaradas, infelizmente nós vamos ter que, sim, ajuizar todas essas questões urgentemente, urgentemente. Não, se nós dependermos que a Ecurbis tenha um bom coração e vai fazer um bom trabalho: não, não vai. Não vai, Tamires, porque que a Secretaria do verde aceitou chamar o incinerador de Ecoparque para aquela população que tá lá há 45, 50 anos sofrendo com lixo? Aí a população ouve a palavra Ecoparque, até eu que sou da área ambiental, a palavra Ecoparque enche meus olhos, mas não é nem eco e nem parque, é um incinerador. E aí vem o Verde e chama de URE, um puta nome bonito, majestoso, URE. Pode me chamar de Ulisses Queixada, de Ulisses, de Zézinho, como a mamãe chamava. Eu sou o mesmo Ulisses, bonito ou feio, barbudo ou não, sou eu. Então por que não chamar as coisas pelo nome certo, Tamires, se nós queremos um processo sério? Por que não? Vamos fazer as coisas certas, então estou até citando exemplos de São Mateus, que nem a Ecurbis nem a Secretaria do Verde estão dando a mínima. Partiu meu coração quando eu subi naquele aterro, dentro do parque do Carmo, e colocamos todos vocês. Se vocês quiserem, domingo nós vamos lá subir e me mostra que eu estou errado, Tamires. O dia que você quiser, a gente sobe lá, Tamires, eu estou à sua disposição e eu te mostro árvore por árvore. Uma produção gigante de ingá. E eu reitero, eu amo ingá, eu gosto daquela fruta. Mas não é assim que se faz, então por que que o Verde sequer está tocando as questões para Ecurbis, o parque Morro do Cruzeiro, que rolou, rolou, rolou, rolou, agora vem prefeito e pá, vira MONA, acaba com toda a história de luta e vira MONA e tá aquela coisa que tá lá que na audiência, Tamires, não sei se te falaram, tinha mais servidor da Secretaria, do governo, Tamires, do que população. Uma vergonha, Tamires. E só eu questionei de forma técnica. Como é que, como é, Tamires, que a Secretaria do Verde quer fazer coisa séria e São Mateus e sequer mobiliza? Da subprefeitura, Vicente, só foram duas pessoas da Comunicação, tirou uma foto e, ó, foi embora no meio da audiência para discutir o MONA. Então, camaradas, eu estou demonstrando com exemplos,

infelizmente, Tamires, infelizmente, não há política pública de meio ambiente para São Mateus, infelizmente. O par de cabeceiras só existe porque o meu mestre Angelo, a pessoa que me ensinou muito na área ambiental, brigou, brigou e conseguiu o recurso, Tamires. Precisou o Angelo, sociedade civil, mostrar que na Sabesp tinha dinheiro para comprar a área, e foi o Angelo, via CADES, via conselho municipal, que disse, olha no CONSAI, lá tem recurso, percebe? Sim, Vilma, Angelo, da população, porque o Verde, até hoje eu ousou dizer, Tamires, se o camarada Angelo, meu mestre ambiental, não tivesse batido no CADES e achado o dinheiro, até hoje o Verde não tinha se manifestado para comprar área do Cabeceiras. Tamires, entende, então cadê de forma efetiva, Tamires, Tiago, camaradas do Verde, de forma efetiva, me mostrem. Cadê política pública de meio ambiente para São Mateus? Me mostrem. Me mostrem então, assim fica difícil, fica difícil. E essa votação Tiago? mostra uma coisa, urgentemente, esse regimento tem que ser mudado, porque não tem nexos o presidente votar por 2, ou presidenta. Não tem nexos. A primeira vez na vida que eu vejo e concordo com você, com uma falha que eu tive. Roseli, Norma, vamos ter que mudar esse regimento. Isso tem que parar de existir. O texto deve dizer, o presidente vota em caso de empate. E concordo com você, da minha falha de... Pra mim isso é algo tão natural que eu não revisei quando eu li a proposta de regimento. A falha é minha, eu assumo. Então hoje nós vamos ter uma derrota histórica por 4 votos a 3, a sociedade perdeu. A população de São Mateus, quase meio milhão de pessoas, terá uma sina de desgraças. Mais um capítulo dessa história de desgraças em São Mateus, com aval da Secretaria do Verde, de vocês servidores e você, Tatiele, que representa os funcionários. Infelizmente, e você está ouvindo isso de um técnico. Repito, não sou apenas militante. Também técnico, eu estudo, eu sei do que eu estou falando, então fica aqui toda minha fúria e eu não vou ser leviano do que eu acho de que para que que foi esse erro. Porque seria leviano da minha parte. Deixa só o fato que é o presidente vota por dois. Não serei leviano até para, para não ter problemas. Muito obrigado.

**Tiago de Andrade** 2:02:16

Obrigado, Ulisses. Obrigado, obrigado, Ulisses, está registrado a sua fala aqui. Deixa eu só fazer uma fala antes da do Caique. Só um momentinho, Caique.

**Bruna Regina de Jesus** 2:02:21

Caíque na sequência.

**Caique Alves de Souza** 2:02:24

Sim, sim, sim.

**Tiago de Andrade** 2:02:28

Está aí, só um momentinho, eu só quero deixar claro, Ulisses, que não foi, essa parte do voto não foi uma manobra, tá? Isso acontece em todos os conselhos de parques naturais, tá? Os conselhos de unidades de conservação, ele é essa forma.

**Ulisses Queixada** 2:02:45

Meu irmão, está errado, pode estar errado. Nós vamos precisar rever essa questão e mudar essa questão. Está errado, Tiago. Tiago, só nos Estados Unidos.

**Tiago de Andrade** 2:02:47

Não, tudo bem. Ulisses, não, espera um pouco, deixa eu só... Deixa eu só concluir, Ulisses, eu não te interrompi, eu não te interrompi. É que você é... É que eu não te interrompi durante a sua fala inteira, Ulisses e eu não... Eu só estou colocando fatos, eu não estou colocando uma opinião minha. Estou colocando fatos. Nós temos uma lei, nós temos um regimento interno dentro da lei que o próprio Mateus, ele citou. Nós temos um inciso lá que mostra como o parque natural não se encaixa dentro de um conselho de parque linear ou de parque urbano. Então a gente pode discordar disso como sociedade civil e aí a gente vai para um outro, para um outro momento de discussão, entende? Eu não estou colocando como certo e errado, estou colocando como fatos de lei, é só isso. E não estou colocando como uma opinião do Tiago, tá? Não foi leviano, não foi uma forma de manipular nada, mas existe uma lei, existe uma lei. Se a gente não for um conselho paritário... não dá para o poder público estar em desvantagem dentro desse conselho. Se a gente está com 3 e 4, não tem como ter uma votação nisso. Por isso que ele é paritário. A gente tem 4 de um lado ou 4 do outro lado e tem um voto de Minerva do presidente. Isso já é uma coisa que não foi inventado agora. Isso já vem, se eu não me engano, essa lei que a gente está falando é de 2013, entende? Eu só queria fazer esse parêntese pra gente não ficar com mal-

estar sobre essa questão da votação. Está bom, Caique, vou dar a fala para você, por favor.

**Maira Soares Galvanese** 2:04:33

Tá sem som, Caique?

**Caique Alves de Souza** 2:04:38

Tá dando pra me ouvir agora?

**Maira Soares Galvanese** 2:04:39

Agora, sim.

**Tiago de Andrade** 2:04:40

Agora tá? Agora sim, por favor.

**Caique Alves de Souza** 2:04:42

Boa noite a todos. Pra quem não me conhece, sou o Caique Souza, sou daqui, do CADES da Cidade Tiradentes, né? E primeiramente, eu estou assustado com o que aconteceu nessa reunião de hoje, né? Com a forma com que o Meio Ambiente, praticamente vai passar boiada na zona leste, né? É importante mencionar que a Cidade Tiradentes, assim como Mauá, também ali, a região do Zaíra faz divisa, né, com essa região onde vai haver essa ampliação e o CADES da Cidade Tiradentes, por exemplo, não foi convidado, né? Por sorte, o Hildeni me avisou que ia ter essa reunião, né? Que a gente gostaria de ter construído, ter apontado algumas coisas, porque você vai ter um impacto direto aos moradores ali do Jardim Limoeiro, do Recanto. Mas você também tem um impacto a longo prazo, um impacto com a questão da qualidade do ar, por exemplo, e Cidade Tiradentes, ela faz ali divisa, ela é um bairro vizinho, né? E quando você vê como foi feito, como foi construído e como a sociedade, ela de certa maneira, foi silenciada em todo este processo, né? É assustador, você ver que a Secretaria, que deveria estar do lado do verde, é a primeira a pegar a motosserra de ouro e dar uma de Ricardo Salles e fazer a festa, como foi feito agora. É, é absurdo o que tá acontecendo pra, como morador da Cidade Tiradentes, como morador da Zona Leste, eu repudio completamente essa lógica de considerar o Fundão da cidade como

um grande aterro, como um grande lixão, como se nós não tivéssemos valor algum e, ainda assim, valor a opinião, né? Porque você deve que... Essas audiências, essa construção, deveria também ter levado em consideração os bairros vizinhos, os distritos vizinhos e os municípios vizinhos, né? Eu cito Mauá, mas você tem um pedacinho de Ribeirão Pires ali também. E você não considerou a gente só tá? Vocês vão colocar lix, mais lixo na nossa região, vai piorar a qualidade do ar da nossa região, vai e vai destruir qualquer forma das pessoas que moram, que são vizinhos a este projeto nocivo de ter algum futuro com qualidade. Como que a Secretaria do Verde permite dar aval a esse grande absurdo, né? Por isso que, como um morador da Cidade Tiradentes, como um morador vizinho que gostaria de ter contribuído com esse projeto, se ele fosse divulgado da forma que deveria e não da forma como foi feito, às escondidas, assim como esse último texto, que a meu ver foi escondido também dos conselheiros. Com esses trechos dando essa intenção de que o conselho concorda. É absurdo como que as pessoas, como que como que a Secretaria, como que a municipalidade está tratando esse tema. Nós temos que lembrar a questão, ela está sendo colocada de forma prática agora, mas a gente tem que lembrar de como o todo, toda, toda essa parte do verde, a longo prazo, para todo, para toda uma região, a gente tem que lembrar que as pessoas vão ser impactadas por gerações, então isso é um absurdo, tá? Eu repudio completamente esse projeto e a Secretaria do Verde está de parabéns em praticamente receber a motosserra de ouro do Ricardo Salles, passar a boiada na Zona Leste sem o diálogo com os bairros vizinhos. Sem diálogo com os municípios vizinhos e sem respeitar o Conselho que deveria ser respeitado, porque está mais a par da situação por ser de São Mateus. Muito obrigado. Um boa noite a todos, na medida do possível.

**Tiago de Andrade** 2:08:42

Obrigado, Caique. Tá registrado aqui é. Concluimos. Bruna.

**Bruna Regina de Jesus** 2:08:43

A Beth, a próxima.

**Tiago de Andrade** 2:08:50

Concluiu as falas, Bruna.

**Bruna Regina de Jesus** 2:08:53

A gente tem mais 4 pessoas, mais 3, né? A Beth, isso, é a Beth, Eleni e a Norma. Não sei se a gente vai encerrar as falas, não sei se vai ter mais falas.

**Ulisses Queixada** 2:08:53

A Vanilda ainda quer falar?

**Beth - Instituto Pólis** 2:08:55

Eu estou é, sou eu, né, Bruna?

**Tiago de Andrade** 2:08:56

A Vanilda já falou, correto?

**Tiago de Andrade** 2:09:05

Então, gente, é que, é que assim, a gente não, a gente vai repetir as falas. A gente já abriu o microfone para todos, né? Todos tiveram a sua oportunidade de falar, correto?

**Beth - Instituto Pólis** 2:09:17

Posso falar?

**Tiago de Andrade** 2:09:20

Então vamos encerrar agora as inscrições, tá bom? Vou deixar é... tá só a Beth? Bruna, por favor.

**Beth - Instituto Pólis** 2:09:21

É?

**Bruna Regina de Jesus** 2:09:27

Estou encerrando, agora tem a Beth, Eleni e a Norma para encerrar.

**Tiago de Andrade** 2:09:31

Então a gente encerrou, aí, tá, a gente fecha na Norma, tá bom, pessoal? Vamos. Beth, por favor.

**Beth - Instituto Pólis** 2:09:36

Então, é... Eu de novo, vou falar como eu falei na reunião anterior, eu trabalho há 36 anos no Pólis com esse tema e eu estava aqui ouvindo e lembrando sobre a questão da incineração, que foi fatiada, mas a gente sabe que na sequência é isso. O tal do Ecoparque é isso. E o primeiro que quis construir, o primeiro prefeito foi o Maluf. Depois foi preso, inclusive, né. Que atrás desse incinerador, a gente sabe o que tem: os interesses. O tanto de problemas que tem atrás desses valores enormes, como se tem agora esses 2 contratos, 80 bilhões de reais por 20 anos para construir esses três incineradores da cidade de São Paulo, e um em São Mateus. Então, depois teve o Kassab, 2011, a gente conseguiu também ir para a rua e breicar. E o Pólis e a Rede São Paulo Composta Cultiva, são muitos, muitas instituições. Estamos nessa luta, tentamos não deixar isso ser aprovado nos contratos no ano passado e foi aprovado. Então eu queria, de novo, dizer, viu Tiago? Eu vou insistir com a questão que vocês mobilizaram, nos mobilizaram para contribuir. Eu fiz a contribuição hoje. Patrícia também já falou isso, e eu coloquei lá que, se tivesse sido cumprida as metas do plano de gestão integrada de resíduos sólidos, que já tem 11 anos, já se teria tirado 71% dos resíduos de aterros sanitários. Então isso tem que constar do documento, porque essa revisão não teve sociedade civil. Vocês se deram ao luxo? E ficar, vocês editando, vocês do governo, e retiraram. Então eu reivindico de novo que os textos que eu mandei, e falo, também a Patrícia falou isso: volte para o documento, por favor. Porque isso não é um detalhe, são a coleta seletiva em 3 frações. Estava desde 2000, está desde 2014 no Plano de Gestão e isso teria tido esse benefício, esse impacto benéfico para a população de São Mateus também. Né? Então é isso, né? E a outra coisa que vocês retiraram e que eu tinha falado na outra reunião é o contrato emergencial de aterros sanitários para enquanto não se resolvesse esse problema, eu peço, por favor, que vocês recolorem e mandem, para nossos e-mails, essa minuta de manifestação corrigida. Obrigada.

**Bruna Regina de Jesus** 2:12:36

É Eleni agora, na sequência.

**Tiago de Andrade** 2:12:37

Obrigado, Beth. Tá registrado.

**Bruna Regina de Jesus** 2:12:41

Eleni.

**Tiago de Andrade** 2:12:42

Eleni, por favor.

**Eleni, Jurubatuba Mirim** 2:12:52

Boa noite. É, bem, é, eu estou um pouco aqui nervosa com a situação. É, achei essa reunião muito atabalhoada. É, esperava outra coisa da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Mas, enfim, tirando essa parte emocional. Eu gostaria de falar como cidadã Paulistana que sou e fui criada aí às margens do Rio Aricanduva, né? E tenho grande preocupação com as nascentes dos rios e o que vai acontecer com as águas do lençol freático, com essa ampliação gigantesca do aterro, né? Porque vai mudar toda a configuração da natureza da água, né? Já tá prometido aí vários piscinões, mas não se vê nada de solução baseada na natureza. Eu sou absolutamente contra a ampliação do aterro, a prefeitura precisa encaminhar outras maneiras de tratar o lixo da cidade. Não dá para continuar a construir aterros e ampliar aterros, porque são muito danosos para natureza. E para a saúde da população, principalmente. E não é só a região de São Mateus. Eu acho que os problemas já ultrapassam os limites da Zona Leste, afetam a cidade inteira e eu fico pensando o quanto um aterro desses não poderá contribuir para poluir o mundo inteiro, né? Bom, eu acho assim, todo o processo foi muito difícil. Não houve muita divulgação. O tempo para população se manifestar foi completamente exíguo. Sabe, porque se a gente recebe um documento na sexta-feira à noite, tem que se pronunciar até o meio-dia de segunda-feira, é pouquíssimo tempo e o documento foi alterado e foi modificado. E o que foi lido não foi o documento recebido na sexta-feira e nem os que os conselheiros recebiam *a posteriori*. Então tá. É muito, tá muito complicado essa situação, gente. Isso tudo precisa ser revisto, porque não é possível, né? E o clima tá muito tenso, né? E tá tenso mesmo. E essa reunião deixou o clima mais tenso, né? E, em plena emergência, climática, eu queria aliviar um pouquinho esse clima tenso e falar uma coisa até que eu tava pensando aqui um pouco engraçada, que se não seria o caso de trocar o nome de Secretaria do Verde do

Meio Ambiente pra Secretaria do Cinza e da Crise Climática. Porque o que está sendo feito talvez piore um tanto mais a questão climática que nós estamos vivenciando, né? E sofrendo então ondas de calor, enfim, seca. Agora falta de água e com a falta de água que está acontecendo na cidade. Da cidade, vão diminuir a vazão do Rio Aricanduva em 20%. Me parece, então tudo isso tá me parecendo muito absurdo, gente. Então como cidadã, eu tô sofrendo demais aqui. E espero que o poder público possa cuidar um pouco mais das pessoas que moram nessa cidade e da natureza que existe ainda na cidade. Tá, muito obrigada, gente. Boa noite.

**Tiago de Andrade** 2:16:39

Obrigado, Eleni. Para fechar, agora a Norma.

**Norma Arata** 2:16:50

Apesar das contribuições de todo mundo, que foi um processo que foi crescendo, né? Isso é importante, mas isso é insuficiente, é insuficiente diante da demanda. Que precisa ser feita, porque senão daqui a 5 anos vão precisar. Vão dizer que vai precisar desmatar um outro, uma outra área, né? Vai colocar em outro morro em algum outro local. Eu queria colocar aqui um voto, né? Do Tiago. Se, como o presidente não iria votar, por que iria ser só um voto de Minerva em caso de empate? Por causa de um voto, ao invés de debater, mobilizar mais a sociedade civil e o poder público, fazer a coleta seletiva, né? Fazer... Incentivar as cooperativas é. Ativar ali a central da coleta seletiva, ali, que era antiga usina de composição de São Mateus, que está abandonado, que o zoneamento permite, né? Por causa de um voto, vai ficar do jeito que tá. São Paulo, se você anda na cidade, os catadores são autônomos, os moradores é que estão ali na rua, eles abrem um lixo, eles não têm educação ambiental, não têm. É uma desvalorização total. É uma sujeira total. Não. É falta de saneamento, doenças espalhadas. As pessoas estão abrindo os lixos ali pela cidade toda. E vai me dizer que não, é que é muito difícil, mas se se faz na Avenida Paulista, nos prédios, por que não faz nas COHABs? aqui na leste tem 3 COHABs. Só que a Cidade Tiradentes é uma COHAB de 200.000 habitantes. Por que você... Ah, porque que lá na Avenida Paulista faz porque quer quem não faz, né? Aí então vai falar assim: "Ah, é erro de gente". Mas por que que não faz aqui e não ensina? Não tem ali uma central aqui, porque vai ganhar dinheiro vendendo o lixo, e vendendo o lixo limpo, tratando o resíduo limpo,

fazendo a separação. Vai ganhar dinheiro agora, do jeito que está sendo feito, tudo misturado e mais misturado ainda, porque as pessoas rasgam lixo na cidade, é só ver o dia que vai passar o lixo, rasga-se o lixo, além de perder, além de não ganhar, está perdendo 2 vezes, então. Deveria... Tem que pressionar, tem que pressionar, tem que pressionar porque não está bom, não assim do jeito que tá. Não tá bom, né? Essa é minha indignação. Obrigado a todos que que mostraram aí sua indignação. Também estou compartilhando com isso.

**Tiago de Andrade** 2:20:13

Obrigado, Norma. É, então, pra gente pensar aqui, é... Bruna, você quer mostrar como ficou aí? O fim da nossa manifestação.

**Bruna Regina de Jesus** 2:20:41

Não sei se vai ser essa redação, mas me avisem.

**Tiago de Andrade** 2:20:47

Qualquer coisa a gente faz um pente fino nela e manda por e-mail para todo mundo para ficar todo mundo ciente, então.

**Beth - Instituto Pólis** 2:20:57

Eu proponho inverter. Eu proponho inverter, aparecer primeiro, não favorável e depois favorável.

**Ulisses Queixada** 2:20:58

Meu nome está errado, é José Ulisses Bezerra de França.

**Tiago de Andrade** 2:21:02

Precisa corrigir o nome do Ulisses ali, Bruna.

**Beth - Instituto Pólis** 2:21:17

Por que que começa com os votos favoráveis, né? Muito interessante.

**Tiago de Andrade** 2:21:24

Isso a gente pode mudar. Se vocês acham que tem mudar a ordem, não tem problema algum, ok. Eu vou, antes da gente fechar...

**Norma Arata** 2:21:33

Sim, sim, muda a ordem. Sim, muda a ordem.

**Tiago de Andrade** 2:21:37

Perfeito, então a gente vai fazer essa mudança de ordem. Antes da gente fechar aqui a nossa reunião, eu vou deixar a Tamires fazer o fechamento aqui e depois a gente conclui, ok?

**Tamires Carla de Oliveira** 2:21:52

Bom, gente. Depois de bastante discussão, acho que eu só reitero que o que a gente está discutindo aqui é uma etapa, isso é a manifestação do conselho gestor da unidade de conservação que está ali diretamente afetada. A gente ainda tem um processo bastante longo no âmbito do licenciamento ambiental, que está sendo feito pela Cetesb. Vai ser feita audiência pública, então a gente vai apoiar toda a divulgação disso, porque, de fato, todas as discussões que aconteceram aqui, o ambiente mais adequado para todas elas serem levadas é a audiência pública, tá. Enfim, agradeço a participação de todos e acho que encerramos, certo? Boa noite.

**Tiago de Andrade** 2:22:48

Perfeito, pessoal. Então vamos dar como encerrado a nossa reunião. Vai ser encaminhado por e-mail a minuta final que foi aprovada aqui nesse Conselho hoje. Agradeço a presença de todo mundo e boa noite.

**Bruna Regina de Jesus** parou a transcrição